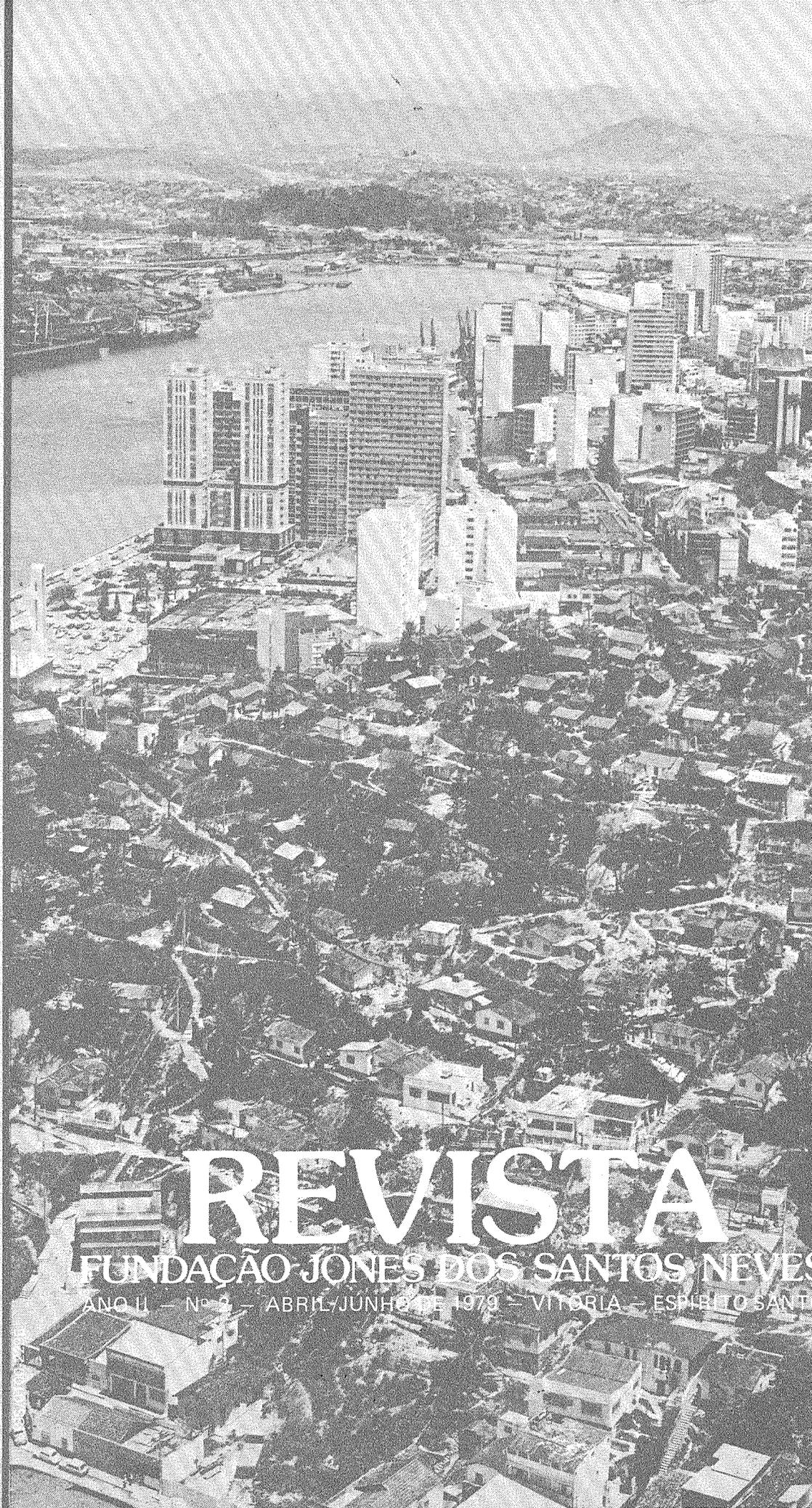


EDIÇÃO ESPECIAL

GRANDE VITÓRIA: **Plano de Estruturação do Espaço**



REVISTA

FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES
ANO II — Nº 2 — ABRIL/JUNHO DE 1979 — VITÓRIA — ESPÍRITO SANTO

REVISTA

FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

ANO II – TRIMESTRAL
VITÓRIA – ESPÍRITO SANTO

Registrada sob número 1854 – P. 209/73,
na Divisão de Censura e Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal
de Brasília (DF).

CONSELHO EDITORIAL

Sebastião José Balarini – Antonio
Luiz Borjaille – André T. Abe – Fer-
nando B. Bettarello – Roberto da
Cunha Peneido – Carlos Alberto F.
Perim – Helena Maria Gomes – Car-
los Caser – Arleida P. Badke – Anto-
nio Carlos Carpintero – Antonio
Luiz Caus.

DIRETOR EXECUTIVO

Fernando Lima Sanhotene

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Regina Maria Monteiro

CAPA E PROGRAMAÇÃO VISUAL

Ivan Alves Vieira Filho
Octavio Kucht

REDAÇÃO

Avenida Cesar Hilal, 437 – 1º andar
– Vitória - ES – Telefone: 227-5044

DIAGRAMAÇÃO, COMPOSIÇÃO E MONTAGEM

Fundação Ceciliano Abel de Almeida
– Campus Universitário de Goiabeiras
– Telefone: 227-5164

DISTRIBUIÇÃO DIRIGIDA

- Os artigos assinados são de inteira
responsabilidade dos autores.
- Colaborações, em forma de artigos,
ensaios ou resumos bibliográficos,
são aceitos se encaminhados ao
Diretor Responsável.

CONTATO COMERCIAL

Assinaturas – (anual – Cr\$ 80,00)
No endereço da redação, com a Se-
cretária Executiva.

FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

ÓRGÃO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO DO ESPÍRITO SANTO

Criada pela Lei Estadual
3043 de 31 de dezembro de 1975

OBJETIVOS

- Programar e implementar pesquisas de apoio ao Governo Estadual na
elaboração de seus programas de desenvolvimento;
- formular diagnósticos, realizar estudos e promover a elaboração de
planos e programas de desenvolvimento urbano e regional;
- manter um sistema de informações sócio-econômicas na área de sua
atuação;
- formar recursos humanos voltados para o estudo e a pesquisa aplicados
à realidade capixaba.

DIRETORIA

Diretor Superintendente
Sebastião J. Balarini

Diretor Técnico
Antonio L. Borjaille

ÍNDICE

Carta do editor 4

Plano de estruturação do espaço 5

Introdução 8

Marcos de referência 9

Sobre o planejamento 15

Esquema de estruturação do espaço 17

Aspectos institucionais e prioridades 25

Anexos

Patrimônio ambiental: preservação e conservação 27

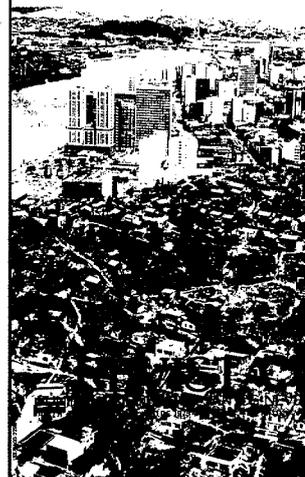
Medidas para a preservação de recursos naturais 34

Instrumentos institucionais 37

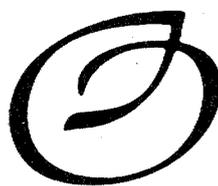
Foto Capa: Sagrillo

EDIÇÃO ESPECIAL

GRANDE VITÓRIA: Plano de Estruturação do Espaço



CARTA DO EDITOR



Plano de Estruturação do Espaço da Grande Vitória constitui um importante marco no processo de planejamento urbano do Espírito Santo. Procurando traduzir os diferentes estudos anteriores, em torno do assunto, foi elaborado em função da emergente política de industrialização da Grande Vitória, área alvo das intensas migrações verificadas recentemente no Estado.

O documento constitui o primeiro elo do processo que se estabelece, em busca do ordenamento espacial da Grande Vitória. Hoje, passados três anos de sua conclusão, a Revista da Fundação Jones dos Santos Neves, publica-o na íntegra, como forma de propiciar aos leitores bases mais amplas às discussões em torno dos problemas urbanos.

Sua publicação, no entanto, merece alguns reparos: o PEE, como é conhecido, ficou defasado em relação às previsões de investimentos governamentais na Grande Vitória, não só pela introdução de novos projetos, mas também, pela não implantação de outros previstos na época. É o caso da localização, em Vitória, de um complexo naval, estudo desativado durante algum tempo, mas que agora volta à pauta de assuntos governamentais.

Mas ele continua válido, se considerado o modelo de expansão urbano proposto para a Aglomeração de Vitória, que sugere a descentralização de atividades terciárias do perímetro central de Vitória, o planejamento dos transportes urbanos, a preservação do patrimônio histórico e natural, o treinamento de recursos humanos na área de planejamento urbano, o detalhamento a nível municipal do uso do solo e outras medidas.

Por isso, fica justificada sua publicação, nessa edição, de forma a guardar suas características originais, em termos de expectativas e proposições. No espaço que se segue, antecedendo a transcrição, pretendemos situá-lo melhor no tempo, assim como mostrar a posição atual de suas propostas.

FLS

GRANDE VITÓRIA

Plano de Estruturação do Espaço

A criação do Conselho de Desenvolvimento Integrado da Grande Vitória, a elaboração dos Planos Diretores Urbanos e de Planos nas áreas de transportes, patrimônio histórico e natural, lazer e resíduos sólidos são os fatos mais ricos em consequência da elaboração do Plano de Estruturação do Espaço da Grande Vitória - PEE.

O documento, concluído em 1976, instituiu um processo de planejamento urbano no Espírito Santo. Foi elaborado por um grupo criado pelo Governo do Estado, integrado por Arlindo Villaschi Filho, Antonio Luiz Borjaille, Jolindo Martins Filho, José Ramos Sobrinho, Manoel Rodrigues Martins, Maria do Carmo Schwab, Michael Bergman e Odilon Borges Junior.

O documento propõe um modelo de organização espacial para a micro-região de Vitória, a partir de duas importantes variáveis: o intenso fluxo migratório registrado em direção a essa região, nas duas últimas décadas, e a mudança na escala de investimentos federais nessa área, em função dos chamados "Grandes Projetos".

Por isso, hoje, quando se fala no equacionamento dos problemas urbanos, é fundamental considerar-se as proposições do Plano de Estruturação do Espaço, objeto dessa edição especial da Revista da Fundação Jones dos Santos Neves.

Calcula-se que, hoje, a Grande Vitória possua cerca de 570.550 habitantes, ou seja, um terço da população do Estado, aproximadamente, concentrada numa área que representa 30% do território estadual.

Esse intenso processo de urbanização ocasionou, a partir da década de 60, problemas na conformação do espaço urbano. A malha urbana contrapõe faixas compactas de alta densidade a outras de ocupação descontínua. O centro da Aglomeração Urbana apresenta excessiva



concentração de atividades. Os bairros mantêm estreita dependência em relação ao centro.

Por isso, o PEE acredita que o ponto de partida de um planejamento seja uma visão global do espaço micro-regional, cujo crescimento seja norteado por um modelo básico que, a partir das tendências atuais de organização do espaço, tanto a nível de município, como de Aglomeração, apresente uma forma polinucleada. Nesse sentido, propõe a estruturação do espaço em unidades urbanas semi-autônomas, dotadas de suficiente individualização e caráter.

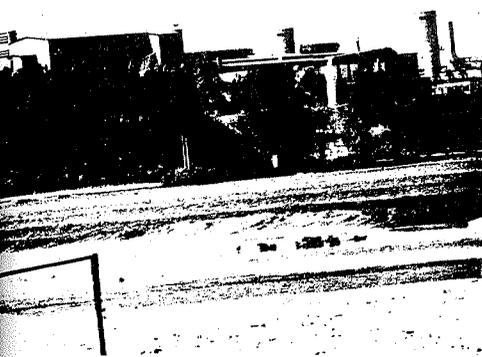
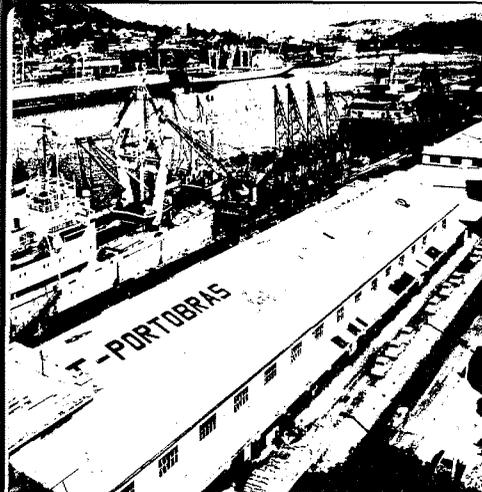
Hoje, com a elaboração de Planos Diretores Urbanos nos Municípios de Serra e Vitória, o zoneamento proposto passa a se consolidar. Estão sendo estabelecidas zonas de uso que possam evitar o crescimento da Aglomeração Urbana de Vitória como se fosse uma grande mancha de óleo. De acordo com esse estudo, são definidas, como zonas de uso, as residenciais, de comércio, indústria, turís-

tica, portuária e outras, cuja atividade estimule cada uma dessas funções.

O PEE propõe a definição de Centros de Animação, que correspondem ao conceito comum de "centro de cidade", isso é, de lugares onde haja uma densidade demográfica mais alta, fácil acesso, localização em nó de comunicações, zona de comércio principal e de prestação de serviços, dispondo de equipamentos de saúde, ensino, cultura e lazer.

Nesse sentido, da análise feita, o PEE verificou a existência de alguns locais onde se poderiam incentivar centros de animação. Entre os lugares propostos, destacam-se Vila Velha, Campo Grande e Carapina. O primeiro deles, hoje, vai se consolidando, enquanto os demais necessitam ainda de incentivo. O amplo funcionamento desses centros de animação proporcionará uma descentralização de atividades.

O Plano de Estruturação do Espaço indica a definição de um sistema viário e a adoção de uma política de transpor-



tes. Com a elaboração e paralela execução do Plano de Ação Imediata de Transporte e Trânsito essas sugestões vão se materializando.

Em relação às modalidades propostas, o sistema de transporte aquaviário encontra-se em expansão, mantendo cinco terminais em funcionamento, transportando, em média mensal, cerca de 450.000 passageiros, em nove embarcações com capacidade individual não inferior a 140 pessoas.

Na área de infra-estrutura viária, a construção da terceira ponte, ligando Vila Velha à Vitória, possibilitará a definição de eixos estruturais, propostos naquele documento, baseando-se em um sistema arterial que, a nível de micro-região funcione como distribuidor de viagens com destinos a diferentes pontos da Aglomeração.

Já quanto ao terminal de transporte de passageiros, que se encontra em pleno funcionamento na Ilha do Príncipe, o PEE propunha sua localização em Jardim América. Entretanto, estudos posteriores ratificaram a posição atual de localização daquele terminal. Enquanto isso, o terminal de cargas, também proposto pelo PEE, está sendo estudado pelo Plano Diretor de Transportes Urbanos, elaborado pela Fundação Jones dos Santos Neves.

Situação diferente, no entanto, acontece em relação à previsão de projetos de investimentos federais na área da Grande Vitória. Se, de um lado, alguns projetos citados pelo PEE não foram viabilizados, de outro, é certo que, a medida em que indústrias de porte sejam localizadas nessa área, haverá impacto sobre a estrutura espacial da Grande Vitória.

Entre os projetos viabilizados, nesse período, estão a instalação da Aracruz Celulose, fora da Grande Vitória, mas com reflexos sobre ela, e a construção do Porto de Capuaba. De outro lado, entre os projetos não realizados, destacam-se o Porto de Praia Mole e a construção de um estaleiro de reparos navais.

ANTECEDENTES

O PEE procura traduzir as tentativas anteriores de implantação de um processo de planejamento urbano no Espírito Santo. A primeira delas surgiu em 1967, através de uma iniciativa conjunta das prefeituras de Vitória, Vila Velha,

Serra, Cariacica, e Viana. Em consonância com a Política Nacional de Planejamento Integrado, coordenada pelo já extinto SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo) e com o trabalho de regionalização preparado pelo Conselho Nacional de Geografia, foi assinado um convênio criando a Comissão de Planejamento Integrado da Grande Vitória, de sigla COPI.

Foi uma tentativa de resolução conjunta de problemas gerados pela desenfreada expansão populacional, verificada nessa região, a partir da década de 60. Depois de aprovado o convênio pelas câmaras municipais dos cinco municípios convenientes, a Comissão foi instalada em 31 de janeiro de 1968. No entanto, somente em março de 1969 a COPI conseguiu registrar seus estatutos, quando foi feita uma reestruturação da Comissão e criada a Diretoria Executiva, capaz de melhor desenvolver os trabalhos de planejamento integrado na Grande Vitória.

Era formada por uma equipe interdisciplinar, integrada por arquiteto, engenheiro, economista, advogado e assistente social. Tinha como objetivo a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Integrado para a região homogênea nº 75.1, também denominada de Grande Vitória, dada as suas características semelhantes às regiões metropolitanas. Objetivava ainda a orientação das municipalidades abrangidas pelo Plano, durante sua implantação; a divulgação de técnicas de planejamento local integrado e a formação de pessoal especializado.

Entre suas atividades, a COPI elaborou um estudo preliminar do Plano Integrado da Grande Vitória, possibilitando a obtenção de financiamento para estudos prioritários do FIPLAN (Fundo de Financiamento de Planos Integrados), geridos pelo SERFHAU. Nesse sentido, procurou, ainda, dada a impossibilidade de as municipalidades arcarem com os vultosos investimentos, mesmo que financiados, executar atividades que resultassem na dotação orçamentária das Prefeituras à elaboração de um plano de desenvolvimento integrado.

Esse trabalho visava a preparação de plantas cadastrais e de cadastros fiscais, visando um aumento na receita das municipalidades, pelo aumento do número de contribuintes, assim como dotar

os quadros técnicos municipais de pessoal qualificado.

COMDUSA

Foi na mesma época que o Governo do Estado procurava estabelecer uma política de planejamento físico-territorial para o Espírito Santo. Criava, assim a Companhia de Desenvolvimento Urbano Sociedade Anônima, através da Lei nº 2438 de 28/08/69, regulamentada pelo Decreto nº 32 de 31/12/69.

A Comdusa foi criada para estabelecer as normas e diretrizes do planejamento territorial do Estado e fornecer subsídios necessários à elaboração de leis sobre o uso e ocupação do solo urbano; realizar projetos de urbanização na Ilha do Príncipe e nas praias do Suá, Santa Helena e Comprida; realizar estudos e pesquisas necessárias à elaboração e execução de um plano diretor da área da Grande Vitória e outras atividades.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO

Coube, contudo, a um escritório de planejamento a tarefa de organizar as informações até então coletadas, através da COMDUSA e da COPI, no sentido de formular um Plano de Desenvolvimento Integrado para a Grande Vitória. No dia 8 de julho de 1970, a COMDUSA iniciava os contatos com o escritório de Maurício Roberto Arquitetos para a concretização de estudos à ordenação do espaço urbano da Aglomeração Urbana, através da obtenção de recursos do SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo):

Em síntese, o plano propunha-se a promover a coesão dos vários projetos setoriais em andamento, tais como a ampliação do complexo portuário, a instalação de um distrito industrial, o abastecimento de água e saneamento, a urbanização de áreas conquistadas ao mar e outros que propiciassem um instrumental de planejamento e ordenação indispensáveis a um desenvolvimento harmonioso.

Apesar de estudar esses problemas com notória riqueza de detalhes, sua conclusão, em fevereiro de 1971, foi acompanhada pelas primeiras gestões em torno dos chamados "Grandes Projetos".

As primeiras gestões se desenvolveram entre 1971 a 1974, no sentido de

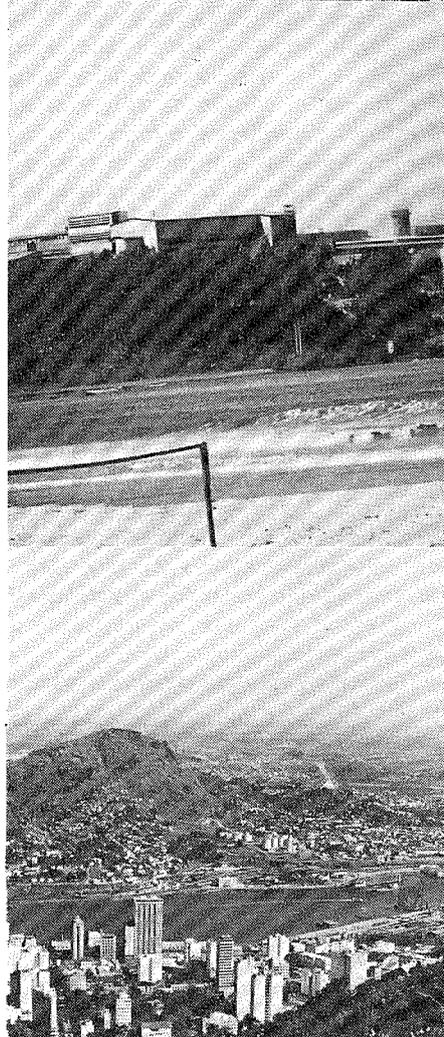
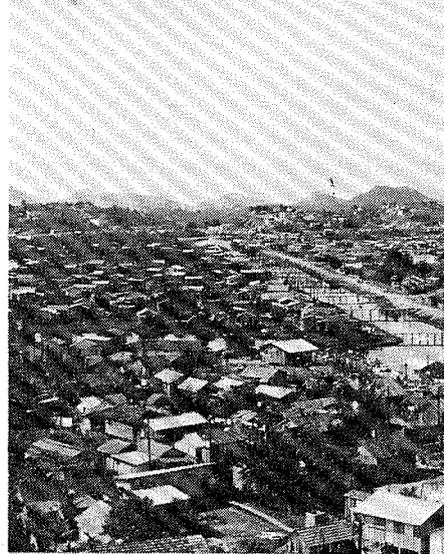
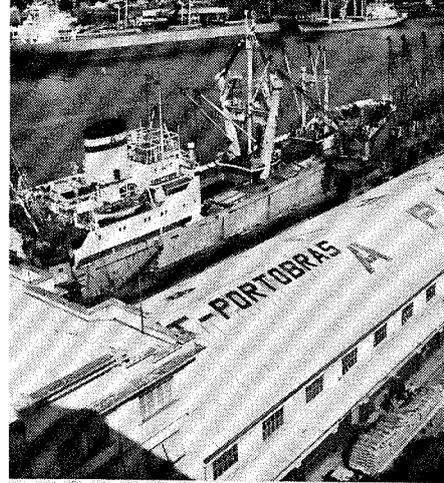
dotar o Espírito Santo de empreendimentos do porte da Companhia Vale do Rio Doce, através de um complexo siderúrgico e paraquímico na Grande Vitória. O Executivo Estadual procurava fazer com que o Governo Federal montasse uma infra-estrutura condizente com as vantagens locacionais do Estado, tornando possível a atração de grandes capitais nacionais e estrangeiros.

O Plano de Desenvolvimento Integrado da Microrregião de Vitória, recém concluído, estava assim defasado, pois os chamados "Grandes Projetos" se propunham a mudar a escala da economia local. Enquanto isso, o BANDES determinava a constituição de um grupo de trabalho para estudos de avaliação do impacto econômico desses projetos na estrutura espacial da Grande Vitória. Esses estudos passaram a ser denominados de Programa de Reaparelhamento Estrutural — PRE — que buscaria um dimensionamento da infra e superestrutura para os anos seguintes.

O Estudo apresenta, pela primeira vez, um modelo de desenvolvimento, para a micro-região de Vitória, de forma polinucleada. Fixa como necessidades básicas a limitação do crescimento populacional até o ano 2.000, a estruturação de uma cidade a partir da associação de Unidades Urbanas semi-autônomas, dotadas de um nível de equipamento compatível com seus estágios de desenvolvimento sócio-econômico, sem deixar de lado a especialização espacial, a nível da aglomeração como um todo.

Além disso, o preenchimento dos espaços vazios intersticiais que contribuem para atender irracionalmente a trama urbana, bem como a concentração dos investimentos em áreas com maiores perspectivas de desenvolvimento urbano, constituiriam metas prioritárias.

Com a criação da Secretaria de Planejamento, esse estudo foi colocado a disposição do grupo técnico recém formado, servindo de base à elaboração do Plano de Estruturação do Espaço da Grande Vitória. Um plano destinado a propor uma nova forma de expansão da Aglomeração Urbana, a partir das informações coletadas desde a constituição da Comissão de Planejamento Integrado da Grande Vitória. (Revista da Fundação Jones dos Santos Neves).



I

Introdução

O trabalho trata da delicada e complexa tarefa de organização do espaço territorial da Grande Vitória.

Mais, muito mais do que um problema técnico, a matéria se confronta com a variedade e o vulto dos interesses envolvidos, de natureza política e financeira em todos os níveis de governo e privados. Além disso, tem-se o prazo, necessariamente longo para sua implantação, cobrindo períodos de futuras administrações.

A proposta nele contida deve ser encarada como uma diretriz a ser seguida com vistas ao crescimento harmônico da Aglomeração Urbana da Grande Vitória. Como tal, não se deve nela procurar indicações que desçam ao detalhe da rua ou, mesmo, do bairro de cada uma das municipalidades. Esse é o campo dos desdobramentos que comporta na faixa dos planos diretores. Antes, pretende-se que seja o embrião de um processo dinâmico do Planejamento Urbano Integrado. Necessita revisões e detalhamentos mas não evita antecipar fenômenos que apresentem boa probabilidade de concretização.

Dentro desse prisma, são colocadas algumas antevisões que poderão ser encaradas como pessimistas e outras tantas proposições como futurologia irreal. Neste último caso se incluem a utilização do sistema ferroviário para fins de transporte urbano e a localização tentativa de uma quarta ligação da Ilha com o continente, decorrentes de cautela inerente à opção feita por um horizonte de tempo mais longínquo.

Com o objetivo de tornar exequíveis as indicações nele contidas, não foi dada ao plano a responsabilidade de con-

sertar, de vez, os erros cometidos no passado. Da mesma forma, não se pretende que represente uma defesa absoluta contra os novos erros, que, provavelmente, serão cometidos no futuro, inclusive originados no próprio plano: ele não é perfeito. Ele aceita e incorpora o fato de que algumas variáveis não são bem conhecidas pelo planejador e que outras fogem ao controle do administrador. Típico é o exemplo da localização, no Planalto de Carapina, do Complexo Siderúrgico, a montante dos ventos dominantes que sopram sobre a cidade. Essa condição alterará os atuais padrões de habitação pelos efeitos que determinará no ambiente local. Decisão tomada, é mais realista uma ação planejadora que preveja mecanismos capazes de minimizarem os aspectos negativos da operação da Usina.

A ação de forças diversas (Governo Federal, Estadual, Municipalidades, empresas, etc.), com objetivos peculiares e particulares é considerada parte do problema, como se referiu no início desta apresentação. O sucesso do plano vai depender, em larga medida, da conciliação de tais interesses com a necessidade de ordenamento e racionalização do crescimento da Aglomeração.

Uma atitude positiva no sentido dessa conciliação é do mais alto interesse de todos os envolvidos na questão, considerando:

— *os vultosos investimentos do Governo Federal, já realizados, em curso e projetados, que podem ter no desordenamento urbano um ponto de estrangulamento capaz de inibir os benefícios que deles são esperados;*

- *a posição estratégica ocupada pela Aglomeração nos negócios do Governo Estadual, por ser aquela de crescimento mais dinâmico no Espírito Santo, principal geradora de renda e obrigadora de importante contingente populacional;*
- *a racionalização dos gastos dos Governos Municipais possibilitada pelo uso de planos diretores, resultando em ganhos na produtividade dos recursos dispendidos e na melhoria da qualidade da gestão, produto maior do Planejamento Integrado. A rigor, as municipalidades serão as principais beneficiárias da adoção de semelhante procedimento e, também, absorverão as responsabilidades maiores de sua implementação;* e
- *as facilidades adicionadas que a cidade apropriadamente arranjada coloca à disposição das empresas como suporte e estímulo à expansão.*

É importante frisar, entretanto, que o início do processo Planejamento Integrado da Aglomeração Urbana como um todo só poderá ser contado a partir do momento que cada uma de todas as cinco municipalidades envolvidas neste plano embrião o institucionalizarem através de legislação competente.

Finalmente, cabe indicar que uma preocupação presidiu a todos os passos da elaboração do documento: aquela relativa ao usuário final, o habitante, como existente singular e ser social, o seu complexo quadro de necessidade a satisfazer, o seu direito essencial de procurar e ter satisfação.

II

Marcos de referência

2.1 – O sítio

2.1.1 – *Um Instantâneo da Paisagem Natural*

Movimento e força é o que sugere o relevo do território no qual estabeleceram-se os aglomerados urbanos da capital e seus satélites.

O contraste sempre entre as planuras dos mangues e aluviões marinhos e os maciços, distribuídos de modo generoso por ali, cria a sensação de movimento. As impressionantes massas graníticas, que aí testemunham o prolongamento da Serra do Mar, mais os afloramentos que pontilham as encostas, lembram firmeza, força.

Suavizando a aspereza das linhas, o mar e a cobertura vegetal, verdes e animados pelo Nordeste dominante, dão o toque de graça, resultando num cenário definitivamente belo.

A paisagem é donimada pelo maciço da Ilha de Vitória, pelo cinturão de colinas que defendem a margem continental do canal de acesso à baía e, bem mais ao Norte, pela cultuminância solitária do Mestre Alvo. E, naturalmente, pelo mar.

Entre essas referências: vales, mangues, restingas e as pontas dos sedimentos terciários, cujas formações se interropem, no Estado, exatamente sobre a Ilha de Vitória e somente aí. Esses sedimentos, da série Barreiras, formam como que um degrau claramente destacado sobre a planície litorânea ou sobre o mar e contra as vertentes serranas mais para o interior.

Modestas são as coleções de água doce que se encontram na região. Do Norte para o Sul: o Reis Magos, de grande bacia hidrográfica, onde a história registra o aldeamento ali organizado pelo Padre Anchieta para a pacificação do gentio; a mão de três dedos das lagoas Jacuném, Capuba e Rio Cacú, unidos no braço que dá ao mar em Jacaraípe; o Santa Maria, de destacada posição, em passado não muito remoto, como



Foto Sagrillo

principal via de acesso à região econômica centrada em Cachoeira de Santa Leopoldina, de embocadura confundida no canal que cerca a Ilha de Vitória e em cuja retaguarda se forma extensa ria de valor paisagístico e biológico; o indeciso Jucu que, formado por dois braços, mais à frente torna a dividir-se e donde se abastece a cidade de água potável; pequenas lagoas litorâneas, formadas pelo capricho dos rios e das ondas sobre a areia, pinçando restingas; finalmente, a lagoa Jabaeté, sua ilhas flutuantes.

A cobertura vegetal original refletia a variedade dos solos, desenvolvendo-se sobre a estreita faixa do território desde as formações típicas de restinga à mais luxuriante floresta atlântica, comum às vertentes orientais do planalto brasileiro. Vegetação característica de mangues e de campos mundáveis, além da floresta do tabuleiro terciário, completava o quadro florístico. Desses elementos subsistem pequenos remenescen-

tes da floresta atlântica no maciço de Vitória e reserva de Duas Bocas: esparsos testemunhos da floresta do tabuleiro. As demais formações recobrem, ainda, vastas áreas da Microrregião.

Bordejando o limite atlântico da área, uma linha quase contínua de praias, a maior parte em mar aberto, sublinha o conjunto ambiental, extremamente rico em sua diversidade.

2.1.2 – *A Ocupação do Solo*2.1.2.1 – *Na Microrregião*

O pequeno território da microrregião encontra-se desigualmente ocupado, ostentando áreas de alta concentração ao lado de verdadeiros vazios demográficos.

A área rural, correspondendo à maior parcela do território, no geral dispersamente habitado, com sua população dividida por estabelecimentos isolados, vilas e povoados rurais, apresenta expressivos contrastes entre suas diversas regiões, no tocante à densidade do po-

voamento, decorrência direta das variadas aptidões para uso agrícola das terras.

O quadro rural de Cariacica, o de mais alta intensidade de ocupação (cerca de 40% da população rural da micro-região) é de caráter nitidamente agrícola, estabelecido nos vales e vertentes baixas do planalto. As altas vertentes permanecem desocupadas e incluem a reserva florestal de Duas Bocas.

O Município de Viana repete, em linhas gerais, ocupação semelhante à de Cariacica, alinhada pelos eixos dos pequenos vales.

A esse povoamento relativamente denso se põe a rarefação das faixas de planície inundável dos baixos vales do Jucu e Santa Maria, já alcançando os municípios da Serra e Vila Velha. Aqui a ocupação é rala, especialmente nesse último, explicada pela pobreza dos solos dos tabuleiros da Serra e Sul de Vila Velha e pela inóspita baixada pantanosa de Vila Velha.

O quadro urbano compreende a conurbação Vitória-Vila Velha-Cariacica e os núcleos periféricos das sedes municipais de Viana, Serra, Cariacica e, ainda, as localidades, linearmente desenvolvidas à beira-mar, de Manguinhos, Jacaraípe, Nova Almeida e Barra do Jucu, além do crescimento verificado nos últimos cinco anos, do Planalto de Carapina, no município da Serra.

A Aglomeração Urbana de Vitória se estende desigualmente por áreas jurisdicionadas a cinco municípios — Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana — contrapondo faixas compactas e de alta densidade a outras de ocupação descontínua.

2. 1. 2. 2 — Na Aglomeração

Instalada desde os primeiros tempos após o descobrimento, a povoação entremeou seu casario aos movimentos do cenário, ocupando os planos mais suaves e expandindo-se segundo as vias de comunicação.

Aos primeiros trezentos anos de povoamento, foram suficientes as terras baixas e firmes, estabelecendo-se um bem comportado relacionamento entre o sítio e seus usuários.

O adensamento urbano em parte da Ilha e as pressões do crescimento da população levaram ao transbordamento da cidade sobre cotas originalmente mais baixas, pelo aterro de mangues e, mesmo, sem recurso preparatório; à subida para os aclives das montanhas circunvizinhas; à tentaculização dos arruamentos em direção aos núcleos satélites do continente, marginando as rotas entre esses núcleos.

Neste processo de conurbações, ainda em curso, pode-se indentificar os instrumentos principais: a antiga linha de bondes Paul-Vila Velha e a rodovia Carlos Lindenberg, possibilitando a absorção de Vila Velha; a BR-262, fortemente associada à incorporação de áreas de Cariacica; a BR-101 Norte, encaminhando a cidade em direção à Serra; as infiltrações comerciais nas áreas residenciais nobres da cidade (o Moscovo, por volta de 1940, era o máximo no status residencial), lançando as classes mais favorecidas à busca de refúgios nas zonas das praias; as populações desalojadas do interior do Estado acostumando-se ao vai-e-vem das marés em áreas tipo Cobilândia ou ao exercício praticado nas rampas dos vários morros afavelados das redondezas.

A expansão acelerada da malha urbana da forma como se processou, desordenada, tem como resultado uma cidade indiferenciada com o centro estrangulado, serviços básicos restritos.

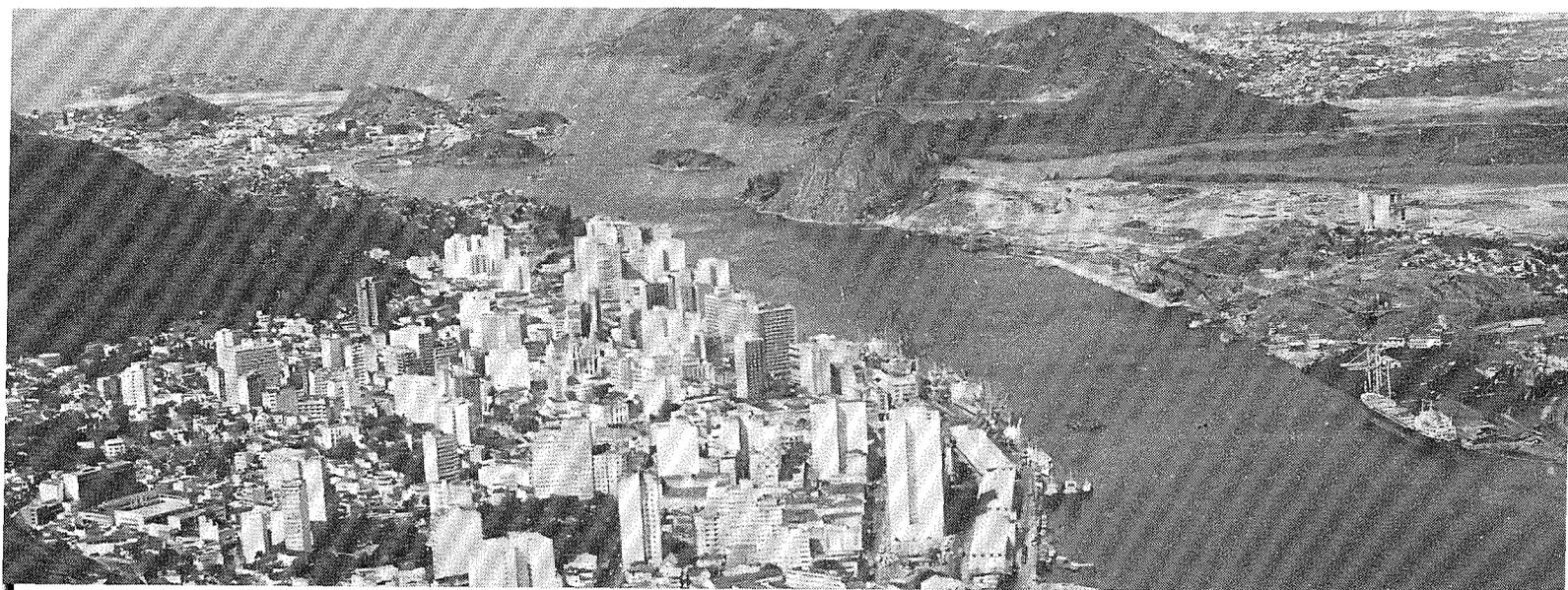
Constata-se que o desenvolvimento recente da ocupação na área metropolitana fez-se à custa de perdas importantes, algumas desnecessárias e irreparáveis.

Entre tantos benefícios, a moderna tecnologia criou instrumentos capazes de pôr ao nosso alcance reservas até então protegidas pelas dificuldades técnicas: túneis, elevados, espigões, muitas vezes usados para agredir e mutilar a paisagem e o caráter dos sítios, ao invés de soluções integradoras.

Multiplicam-se pela cidade os testemunhos de semelhante procedimento: as feridas abertas das pedreiras; os paredões e cintas dos cortes; as inundações frequentes em trechos urbanizados sem o necessário exame de escoamento; o desaparecimento de toda uma história arquitetônica sob a febre demolidora das novas construções; a transformação do centro da cidade em compacto bloco de concreto; a paulatina substituição da cobertura vegetal das mais altas cotas dos morros por outra mais sólida e colorida: a das telhas francesas.

A atração que Vitória, como polo, exerce sobre a região que lhe é tributária, pelas facilidades e oportunidades que oferece, vai continuar alimentando a Aglomeração com expressivos contingentes humanos oriundos das zonas periféricas. A necessidade de prover a crescente população de moradia e serviços urbanos se apresenta como um for-

Foto Sagrillo



midável problema ao talento das autoridades responsáveis.

A preservação do caráter da cidade, que lhe é dado principalmente pelos acidentes de paisagem natural, a valorização da memória da comunidade, através dos remanescentes de seus 450 anos de história, são temas que devem estar presentes nas formulações para o futuro.

2.2 – A população

2.2.1 – No Passado Recente

Os efetivos humanos acusam claramente, em seus movimentos, as modificações de substância experimentadas pelas atividades produtivas que lhes dão sustento.

A vitalidade econômica guarda estreita relação à força da dinâmica populacional em seu crescimento e mobilidade, sendo a variável mais relevante.

O fato é demonstrável na associação lavoura de café/Espírito Santo, onde, em face da decadência da lavoura e da extrema dependência do Estado a ela, os fluxos e refluxos da população assumiram feição dramática por ocorrerem em exíguo período de tempo e atingirem quantitativos importantes.

O último intercenso (60/70) indica:

- que o Espírito Santo exportou apreciável contingente populacional para outras áreas, não sendo outro significado de ter a população local crescido apenas, 1,3% a.a. contra os 2,7% a.a. do Brasil;
- que se mantém a forte tendência à concentração urbana;
- que os dois fenômenos anteriores se fizeram à custa do esvaziamento das áreas rurais, as quais vêm perdendo população mesmo em termos absolutos (taxa negativa de 0,9% a.a.).

A área da capital, englobando os municípios da chamada Grande Vitória (Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana), tem sido a principal beneficiada, no Estado, desses deslocamentos.

Ela exerce, efetivamente, desde muitos anos, forte ação polarizadora sobre o restante do Estado e, mesmo, sobre as áreas vizinhas dos Estados limítrofes.

Explicam essas circunstâncias os fatos:



Tabela II/1
Brasil - Espírito Santo
Confronto de taxas de crescimento populacional

População		Taxas Intercensitárias		
		40/50	50/60	60/70
Total	Brasil	2,3	3,2	2,7
	Espírito Santo	1,9	4,0	1,3
Rural	Brasil	1,5	1,6	0,5
	Espírito Santo	1,7	2,4	(-0,9)
Urbana	Brasil	3,8	5,5	5,0
	Espírito Santo	2,6	7,7	5,0

FONTE: Censos Demográficos.

Tabela II/2
Grande Vitória
Sua posição na absorção da população estadual

Discriminação		1950	1960	1970
População Total	Estado	957,2	1.418,3	1.617,8
	Grande Vitória	110,8	194,2	386,3
Taxa Intercenso (% a. a.)	Estado	3,9	1,3	
	Grande Vitória	5,8	7,1	
Concentração (% Grande Vitória s/Estado)		11,6	13,7	

FONTE: Censos Demográficos.

- de incluir a capital política e administrativa do Estado;
- de concentrar a maior e melhor parte dos serviços financeiros, educacionais e hospitalares de toda a região;
- de dispor em excelentes instalações

portuárias, em torno das quais giram atividades autônomas (em relação à economia agrícola local) de grande dinamismo;

- por ser o nó das comunicações regionais.

Essa condição de pólo tende a ampliar-se, consolidar-se, em decorrência das notáveis melhorias na infra-estrutura de transporte, que converge para seus terminais marítimos.

Concentrando já cerca de 1/4 da

Tabela II/3
Grande Vitória - População 1950/1970

DISCRIMINAÇÃO	ANOS	MUNICÍPIOS					TOTAL
		Vitória	Cariacica	Vila Velha	Serra	Viana	
População Total (1.000 Habitantes). . .	50	50,9	21,7	23,1	9,2	5,9	110,8
	60	83,3	39,6	55,6	9,1	6,6	194,2
	70	133,1	101,6	123,8	17,3	10,5	386,3
População Urbana (1.000 Habitantes). . .	50	50,4	8,3	20,8	2,7	0,6	82,8
	60	82,0	25,8	54,5	3,4	0,6	166,3
	70	132,1	69,1	121,9	8,0	1,6	332,7
População Rural (1.000 Habitantes). . .	50	0,5	13,4	2,3	6,5	5,3	28,0
	60	1,3	13,8	1,1	5,7	6,0	27,9
	70	1,0	32,5	1,9	9,3	8,9	53,6
<i>TAXA INTERCENSO (% a.a.)</i>							
População Total	50/60	5,1	6,2	9,2	(-0,1)	1,1	5,8
	60/70	4,8	9,9	8,3	6,6	4,8	7,1
Urbana	50/60	5,0	12,0	10,1	2,3	0,0	7,2
	60/70	4,9	10,4	8,4	8,9	10,3	7,2
Rural	50/60	10,0	0,3	(-7,6)	(-1,3)	1,3	0,0
	60/70	(-2,7)	8,9	5,6	5,0	3,6	6,7

FONTE: Censos Demográficos.

população do Estado e dispendo de, apenas, 3,2% do seu território, a Microrregião apresenta uma densidade oito vezes superior a do Espírito Santo. Dentro da Microrregião a dinâmica da população assumiu os valores do quadro imediato nos últimos três censos.

Os fatos relevantes do exame desses números podem ser resumidos:

– Vitória e Vila Velha são municípios totalmente urbanos. A urbanização aumenta rapidamente em Cariacica e, ainda mais, na Serra e Viana:

– Vitória, Vila Velha e Cariacica concentram a maior parte da população (93%), mas Vitória e Vila Velha tendem a perder terreno para os demais, que apresentam maiores taxas de incremento.

2.2.2 – No futuro próximo

Como se viu no tópico anterior, a história demográfica recente do Estado teve, na Microrregião de Vitória, o seu ponto mais dinâmico.

O advento de novas atividades, em escala sem precedentes (V. item 2.3.2), vai dar o tom ao movimento populacional nos próximos decênios, sabida a íntima da população do Espírito Santo, imprimindo maior velocidade à ocorrência de seus diversos fenômenos.

Ao planejador interessa saber *onde* e *quando* sucederão tais fenômenos, isto é, localizados no espaço e no tempo.

Recentes estimativas¹ admitem 2,4 milhões de habitantes para o Estado em 1984, cerca da metade estabelecidos na Grande Vitória. Vale dizer, a população capixaba crescerá mais que a média nacional, invertendo a tendência de 60/70, e a concentração em torno da Capital dobrará de magnitude (23% em 1970 e 50% em 1984).

De um modo geral, todos os analistas da questão esposam pontos de vista semelhantes, principalmente naquilo que respeita o aceleramento da concentração urbana na Aglomeração.

A dificuldade essencial reside na conjugação de quantitativos esperados e épocas prováveis de concretização.

O planejamento urbano resolve essa questão trabalhando com o conceito de densidade “ótima” de habitantes que é aquela, nos parâmetros do plano urbanístico adotado, além da qual haverá riscos de saturação prejudicial. Es-



sa população “ótima” poderá ocorrer em um ano futuro qualquer, chamado de “ano virtual”.

Essa abordagem traz, implícita, uma certa necessidade de intervenção, de modo a ajustar os fenômenos econômicos, sociais, urbanísticos e institucionais aos preceitos do plano.

Por reconhecer as grandes dificuldades de condução e controle, inerentes a um empreendimento de tal natureza, chegou-se a um termo de compromisso entre as tendências do passado (de origem externa à Microrregião, em sua maior parte) e o disciplinamento desejado.

O resultado do uso dessa solução foi encontrar a população que, dentro da concepção urbanística adotada, satura a área a urbanizar, que atinge, assim, seu completo amadurecimento. Os valores numéricos, independentes das datas cronológicas em que podem ocorrer, são:

Município	1.000 Habitantes
Vitória	710,0
Vila Velha	674,0
Cariacica	390,0
Serra/Carapina	116,0
Viana	
Total	1.890

Fonte: PDI-GV, M. Roberto Arquitetos, 1971.

A prevalecerem as atuais perspectivas de crescimento para a Microrregião, tais quantitativos seriam atingidos em cerca de 25/30 anos.

2.3 – As atividades

2.3.1 – Estabelecidas

A atividade econômica estabelecida na área de Vitória e vizinhanças sempre teve muito a ver com o Porto.

A escolha de Vitória para terminal oceânico da EFVM, pela CVRD, é o fato

de significado mais importante na história recente da região.

A partir daí, expandiu-se e consolidou-se todo o complexo de prestação de serviços de diversas naturezas, que caracteriza economicamente a Aglomeração, beneficiando, também, a atividade mais tradicional de comércio de produtos do Estado (café, madeira, cacau) com o exterior.

O núcleo da atividade micro-regional é formado pelo intercâmbio externo de minério de ferro e café, em torno do qual foi sendo agregada toda a gama de serviços complementares; os desdobramentos do núcleo, tais como o Porto de Tubarão, as Usinas de Pelotização.

Outro centro de convergência na área é o setor Governo, também origem de atividades de certo dinamismo. Só a simples presença do comando político-administrativo tende a concentrar as atividades dos serviços públicos e correlatos, multiplicando-se a natureza dos “centros”: recursos hospitalares; educacionais de nível superior; intermediários financeiros.

A indústria de transformação, de pequena relevância em âmbito estadual (cerca de 9% da Renda Interna), adquire expressão na Microrregião: é que os maiores e mais modernos empreendimentos do setor aí se localizaram por atração das economias externas que já oferece a área, elaborando matérias-primas locais ou provenientes do intercâmbio em trânsito.

A construção civil, por força dos intensos fluxos imigratórios, tem experimentado desenvolvimento acelerado, verdadeiros saltos, principalmente da faixa das habitações populares e classe média baixa.

A Microrregião localiza-se à meio da faixa turística praiana do Estado, mas apesar da riqueza da sua paisagem natural

(1) *Perspectivas de Desenvolvimento Integrado do Espírito Santo no próximo decênio* – BANDES, 1973

e do acervo histórico, tem-se beneficiado, apenas marginalmente do investimento e despesas realizadas pela massa de veranistas que se desloca a cada ano para o litoral capixaba. O plano, ao enfatizar a preservação e valorização do patrimônio paisagístico da área, tem em mira a utilização no notável potencial, econômico do turismo na região.

A atividade agrícola praticamente é inexistente.

2. 3. 2 - Cogitadas

Os últimos anos foram férteis em decisões que, implantadas, conduzirão o Aglomerado à posição de metrópole regional. Dessas, as que já estão em curso, pelo menos lhe garantem a consolidação como pólo da região que já lhe é tributária.

Os pontos relevantes de cada uma delas podem ser assim resumidos:

- a escolha de Vitória como Terminal de um dos "Corredores de Exportação" precipitou a tomada de decisões do mais alto interesse, no tocante à ampliação e reaparelhamento do seu Porto. A consequência dessa decisão, mais importante, é o notável aumento da hinterlândia do Porto, assegurando enorme incremento ao fluxo de mercadorias que o têm como destino.

Essa grande expansão dos serviços portuários amplia consideravelmente o elenco de economias externas, favoráveis à industrialização da área, reforçando a já observada tendência de concentração industrial em torno de Vitória.

Esta decisão já está sendo implantada no que diz respeito ao Porto; decisão inicial para localização na retro área de Tubarão de um Complexo de indústrias do ramo siderúrgico. Aqui, mais uma vez, manifesta-se o Porto, com suas facilidades já implantadas ou em curso, como o divisor de águas, pois é ele que permite reunir, no mesmo terminal de transbordo, minério de ferro e carvão mineral, além da consideração de que, construído sobre o Porto, o Complexo Siderúrgico teria, também, menores custos de transferência para seus produtos.

A implementação desse projeto, associada àquele dos Corredores de Exportação, é capaz de criar condições para

surgimento de um núcleo industrial, complementar e interdependente, de porte nacional.

O projeto, já aprovado pelo Governo Federal, encontra-se em fase de reformulações finais;

- *construção de um Estaleiro de Reparos Navais. A escolha de Vitória tem como fundamento a circunstância de aí aportar expressiva parte da frota que demanda o País, característica que tende a acentuar-se em face do programa de expansão das exportações da CVRD (minério de pellets), do Corredor de Exportação GO-MG-ES, dos projetos ligados à madeira e celulose.*

Estando já em fase decisória favorável, o projeto está sendo reexaminado para a definição dos sócios estrangeiros de empreendimento;

- *Instalação da maior unidade do País para produção de celulose. Já em implantação, o projeto da Aracruz Celulose abre a perspectiva de imediato aproveitamento dos maciços florestais homogêneos, formados para esse fim ou já existentes. Apesar de localizado fora da Microrregião, é incluído neste listagem pelas repercussões altamente positivas que propiciará a toda a área.*

Embora não tendo a importância

dos dois primeiros (Porto e Siderurgia), estes dois últimos projetos (Estaleiro e Celulose) são relevantes pela escala de operação e pela diversidade que permitem dar ao parque industrial que disso tudo pode resultar.

Das atividades existentes, tendem a manter-se e expandir-se todas aquelas ligadas ao comércio exterior (substituídos os produtos locais, em proporção desconhecida, por aqueles oriundos do "Corredor"), ao Governo e serviços públicos e semelhantes, à construção civil a reboque da demanda derivada.

O aproveitamento das virtualidades turísticas da região vai depender, entretanto, de esforço específico, dirigido e integrado na programação urbanística da área. Essa é, talvez, a atividade cuja expansão depende, exclusivamente, da ação doméstica. Daí entender-se que, apesar de ainda não estar dando grande contribuição à economia local, deva merecer alta prioridade nos planos dos Governos Estadual e das cinco municipalidade da Microrregião.

O quadro imediato dá os número que caracterizam os projetos principais, aqui descritos, fornecendo a ordem de grandeza do impacto que darão à economia regional.

Tabela II/4
Grande Vitória
Investimento total e número
de empregos diretos dos grandes projetos

Unidade	Investimento (US\$ Milhões)		Número Empregos Diretos	
Siderurgia . . .	4.070	83,45	9.400	52,52
Estaleiro	90	1,85	4.000	22,35
Celulose (*) . .	410	8,41	2.500	13,96
Porto	307	6,29	2.000	11,17
TOTAL . . .	4.877		17.900	

(*) Incluído neste quadro pelas razões apresentada no texto.

FONTE: Governo do Estado do Espírito Santo - PRE -I (1973/4).

III

Sobre o planejamento

3.1 – Essencialidade do planejamento da ação

A ampliação da malha urbana da Aglomeração, do passado até os dias atuais, é fértil na ostentação dos desequilíbrios originados do processo praticado: pleno exercício da tendência espontânea. É que aí sempre cabe e prevalece a solução particular, nem sempre ajustada ao conjunto e, muitas vezes, claramente em oposição a uma possível alternativa de interesse mais geral.

O problema ganha relevância e amplitude pela circunstância de ser alimentado por todos os segmentos da comunidade, cada um buscando e adotando a linha de menor resistência para o seu exclusivo ponto de vista. Aos casos de ação privada individual, comuns e explicados pelo natural egoísmo humano, somam-se aqueles originados da ação pública não integrada: os conjuntos habitacionais e a urbanização de áreas sem o necessário preparo de drenagem são óbvios exemplos para o tema.

A ramificação da trama, em posição ciliar às vias de comunicação ou em manchas esparsas, apresenta-se desarticulada entre seus constituintes e com tendência a se concentrar e expandir ainda mais. Esse procedimento desordenado não atende ao interesse de cada um dos municípios ou da Aglomeração como um todo. O parcelamento do território para fins residenciais, pelos loteamentos sucessivos, é contido apenas pelos obstáculos naturais (morros, rios, alagados) ou institucionais (extensas áreas pertencentes a poucos proprietários). Em sua progressão, ameaça envolver as sedes dos municípios periféricos, levando a conurbação a estender-se sobre todo o território da Microrregião.

Os riscos desse crescimento em mancha de óleo são evidentes, considerando que as áreas da Aglomeração situadas no continente apresentam maior



Foto Sagrillo

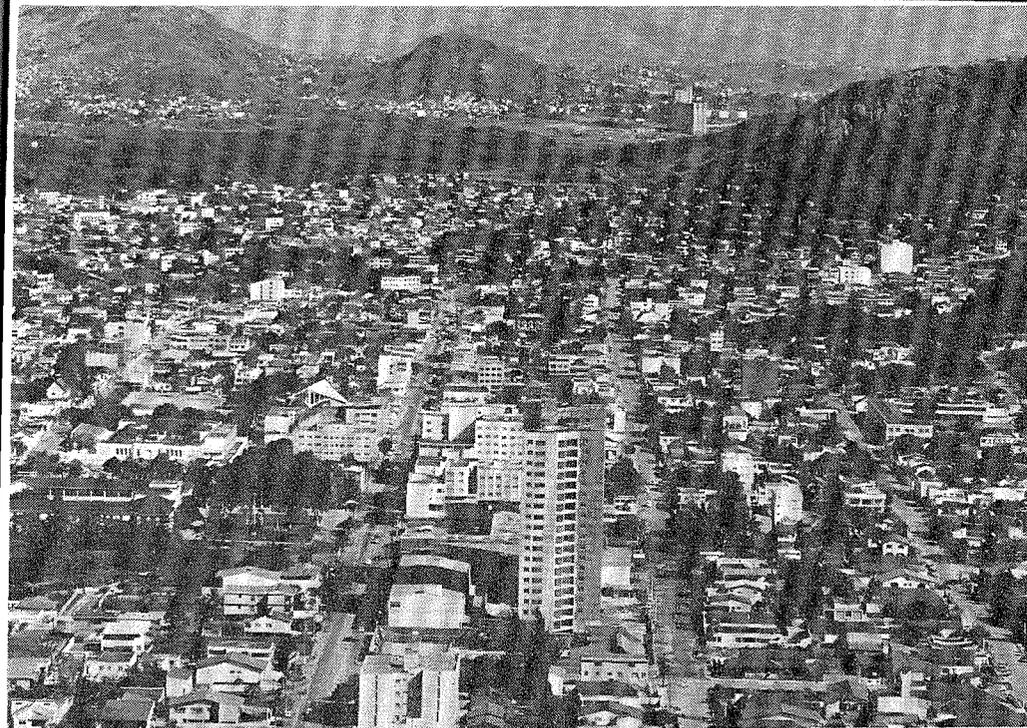
incremento demográfico que o núcleo sediado na Ilha de Vitória: a formação de vazios intersticiais que estendem irracionalmente a cidade, potenciando a grandeza dos investimentos infra-estruturais requeridos e, pior, multiplicando o número de casos em que as soluções são, economicamente, impossíveis: a drenagem pluvial/esgotos de fundos de vales ocupados dessa forma e os gargalos para o tráfego de veículos estão nesta categoria.

Todos os subprodutos indesejáveis desse crescimento confluem para inibir, dificultar e, mesmo, impedir o exercício das diversas funções da Aglomeração como matriz de atividades cujo alcance transcende a sua área física e como sítio adequado para a vida da população. Vale dizer: tanto do ponto de vista das empresas/instituições, que requerem, para sua sobrevivência e expansão, uma cidade como organismo diversificando e diferenciando em movimento harmônico; bem assim para o indivíduo como exis-

tente singular e ser social com seu complexo quadro de necessidades a satisfazer, a configuração que a urbe está assumindo tende a elevar o ônus que se tem que pagar pelo uso da cidade e colocá-lo em um nível de inviabilidade.

Os sinais de saturação funcional, estando à vista já para o tamanho atual, torna impensável um futuro que não esteja montado sobre uma orientação do uso ao solo apropriado à realidade local.

Entre as metrópoles brasileiras, a Grande Vitória desfruta de um status que não é explicado pelo seu tamanho demográfico. O IBGE, ao examinar a questão da centralidade no espaço geo-econômico do País, coloca-a em 12o. lugar dentro de todo o sistema urbano nacional e em 4o lugar na Região Sudeste, abaixo, apenas, de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte e acima de cidades como Campinas, Juiz de Fora, Santos. É que considera como função básica de uma cidade a distribuição de bens e de serviços para



unicípio de Vila Velha

Foto Sagrillo

uma região, dita polarizada, e sua posição hierárquica decorre, diretamente, do nível em que se situa sua capacidade de atender a essa função; também, a magnitude da área a que serve e daí derivada.

Figurando como centro de polarização de segundo nível, classifica-se como superequipado em relação às suas dimensões e aos demais centros de mesmo nível; isso faz Vitória candidata à metrópole regional, possibilidade reforçada pelos desenvolvimentos mais recentes.

A condição do pólo está relacionada ao fato de Vitória abrigar a sede do Governo, convergência de todas as atividades político-administrativas, centro de decisão para todo o Estado e um porto marítimo de porte nacional em grande atividade e expansão.

O estabelecimento, pelo Governo Federal, de diretrizes tendendo à descentralização urbana e industrial tem na Grande Vitória um beneficiado evidente: as vantagens locais para um novo pólo industrial não encontram similar, atualmente, em toda a costa brasileira. O apoio aos investimentos do Corredor de Exportação que aí tem uma ponta, às plantas siderúrgicas, ao estaleiro; mais o aceleramento das inversões da CVRD na linha, porto e pelotização; a imperativa necessidade de ampliar as frentes de exportação a custos de transferências competitivas; tudo isso destaca a aglomeração como um ponto onde as possibilidades de multiplicação econômica têm grande chance de acontecer em prazo relativamente curto.

Esta quase certeza permite ao administrador local a tomada de decisões relacionadas ao acondicionamento da área, em suas múltiplas funções, para essa nova era.

O planejamento urbano é, dessas, a mais relevante.

3.2 – Concepção do planejamento urbano para a Grande Vitória, um compromisso entre a tendência espontânea e alternativa “ideal”

O planejamento urbano delibera organizar o uso do espaço para aumentar a eficiência dos equipamentos da comunidade e o bem estar da população.

Seu alicerce é constituído pela interpretação da realidade encontrada e por uma visão prospectiva das transformações que experimentará.

O quadro resultante é, necessariamente, tendencioso, por representar a opinião pessoal do analista. As soluções apresentadas, isto é, o planejamento propriamente dito, incorporam essa tendenciosidade porque foram escolhidas dentre as possíveis segundo as referências culturais/profissionais do planejador.

Além disso, a antevisão do futuro é especialmente aleatória neste caso pois as inúmeras variáveis que jogam na dinâmica de um aglomerado humano em expansão tecem complexa teia em estado permanente de mudança.

Daí que o plano, para ser factível, deve ser entendido como ponto de partida para a ação de ajustamento da realidade urbana ao desejado e referência para as revisões que levem à concepção mais adequada em face de futuros desenvolvimentos.

Mesmo porque deve-se admitir que à mesma realidade podem-se propor diferentes interpretações e formulações.

A circunstância de ser a Microrre-

gião de Vitória designada de homogênea não alude nem resolve o fato de ser, politicamente, heterogênea: aí interagem a administração federal, a estadual e as cinco administrações municipais.

Apesar disso, o plano foi concebido globalmente, considerado todo o espaço como um contínuo estreitamento articulado de unidades urbano-sócio-econômicas cujos limites não coincidem, necessariamente, com os municipais. Esta entrada supõe um consentimento político em relação às postulações de escala estadual e municipal.

Levando em consideração a tendência natural da organização do território, tanto em nível metropolitano quanto municipal, o plano tem como definição básica a forma polinucleada para o desenvolvimento urbano da Aglomeração Urbana.

Pretende-se, assim, impedir a continuidade do processo de urbanização indiscriminada de toda a área.

Em face da rapidez do crescimento da Aglomeração, propõe-se uma política urbanística apta a estimulá-lo, favorecendo, também, o surgimento de uma cidade orgânica e harmoniosa.

Objetiva-se consolidar o caráter urbano das áreas urbanas já existentes e estimular sua formação naquelas onde é incipiente. Procura-se, assim, cortar o curso à expansão da mancha urbana indiferenciada.

A principal recomendação nesse sentido prende-se à estruturação de uma cidade a partir de associação de Centros de Animação semi-autônomos, dotados de equipamentos em nível apropriado aos seus estágios de desenvolvimento, sem descuidar da especialização espacial a nível da Aglomeração como um todo.

Com base na polinucleação pretende-se preencher os vazios intersticiais e incrementar o adensamento populacional capaz de favorecer economias de escala nos investimentos infra-estruturais.

A partir desses enunciados e através da avaliação da potencialidade urbana dos diversos setores da Aglomeração e localidades próximas, o plano propõe a estruturação do espaço conurbado em unidades urbanas semi-autônomas dotadas de suficiente individualização e caráter. Esse é o tema do Capítulo IV, seguinte.

IV

Esquema de estruturação do espaço

4.1 – Objetivos

Aceita a premissa segundo a qual a Grande Vitória é hoje um pólo alternativo no contexto desenvolvimentista brasileiro e que urge prepará-la para absorver o crescimento acelerado que experimentará nos próximos anos, cabe aos órgãos governamentais nos seus diversos níveis, a tomada de posição quanto ao ordenamento e integração de suas ações na região.

O ponto de partida para essa ação ordenada e integrada deve ser a visão global do espaço urbano da Microrregião. Desta forma é fundamental que a Aglomeração Urbana como um todo seja dotada de uma estrutura básica como suporte para o seu desenvolvimento harmônico.

A partir dessa visão geral, pretende-se fornecer elementos capazes de subsidiar as decisões não só a nível Microrregional como, também, àqueles relacionadas a questões locais.

Como está frisado na introdução, este trabalho não pode ser encarado como um produto final em si, mas como o embrião de um processo dinâmico que contemple detalhamentos, revisões, controle e avaliação constantes.

Assim as proposições aqui colocadas devem ser entendidas apenas como um quadro de referência para os programas, planos e projetos federais, estaduais e municipais pertinentes à Aglomeração Urbana da Grande Vitória.

4.2 – Fundamentação

O Plano de Estruturação do Espaço da Aglomeração Urbana da Grande Vitória, baseia-se na consideração de alguns fatores dentre os quais se destacou:

– os aspectos físicos que conforme foi abordado no Capítulo 2.1, dão à Aglomeração Urbana características próprias e condicionam seu crescimento a um comprometimento da



Morro do Alagoano – Vitória

Foto Sagrillo

ocupação com os marcos representados pelo mar, mangues e montanhas;

- a necessidade de não permitir-se que os erros observados no passado se repitam, principalmente quando se prevê que o crescimento futuro terá um dinamismo ainda mais acentuado que o ocorrido nas últimas décadas;
- a existência de monumentos históricos, artísticos e paisagísticos que devem ser preservados e valorizados, de forma a permitir sua incorporação ao acervo de uso real da Aglomeração Urbana;
- a urgência de uma tomada de posição no que diz respeito à defesa dos recursos hídricos de forma a evitar que os mesmos se deteriorem devido ao uso inadequado;
- o potencial econômico das atividades ligadas ao intercâmbio comercial (porto) e ao turismo, bastante acentuado devido à privilegiada posição geográfica

da Aglomeração e sua beleza natural e de áreas vizinhas;

- a importância da Aglomeração como principal centro econômico estadual, além das funções político-administrativas desempenhadas por Vitória, seu embrião e principal centro;
- a localização concentrada nos municípios de Serra e Cariacica da maior parte das atividades industriais, a partir da implantação das plantas da Companhia Siderúrgica de Tubarão, das Usinas Pelotização da Cia Vale do Rio Doce, do estaleiro de reparos da RENAVE e do Centro Industrial de Vitória;
- a imperiosidade de adoção de medidas que visem corrigir as distorções do crescimento da Aglomeração – representadas pelo crescimento em mancha-de-óleo e a conseqüente existência de grandes estoques de lotes vagos em marcante contraste com a contínua ocupação dos morros e mangues,

resultando no estrangulamento do principal centro da Aglomeração, sediado na Ilha de Vitória;

- a prioridade de dotar-se a Grande Vitória de infra e super estruturas capazes de suportar seu crescimento acelerado a partir dos complexos motrizes de sua economia;
- a consciência da necessidade de buscar-se, paralelamente ao crescimento econômico, o erguimento de uma cidade humana, onde a qualidade da vida seja um objetivo e não resultante marginal e aleatória.

4.3 - Partido adotado

Consideradas algumas das consequências do crescimento espontâneo que caracterizou a Aglomeração no passado e ressaltada a necessidade de uma ação planejada no futuro, optou-se pela adoção de um partido urbanístico que:

- ADENSE: a ocupação do sólo de forma ordenada e sucessiva, tendo como sentido de expansão e limites de zoneamento os eixos representados pela BR 101/262 e pela Rodovia do Sol;
- DESCENTRE: O crescimento através de uma melhor distribuição dos equipamentos coletivos, usando um modelo polinucleado que, a partir de Centros de Animação com a maior auto-suficiência possível e sendo suas principais características preservadas, viabilizará o descongestionamento do Centro de Vitória;
- MINIMIZE: As distâncias trabalho-residência-lazer através da oferta adequada de transporte de massa e da locali-

zação de equipamentos voltados para o convívio social e recreação de todas as faixas de população;

- PRESERVE: os vales - através da adoção de uma política que evite a ocupação de áreas alagáveis e alagadas; os morros, de forma a evitar o agravamento dos problemas de deslizamentos já observados; a paisagem e os monumentos que a natureza e a história nos legaram; e
- VALORIZE: a localização marítima da Aglomeração através de um melhor aproveitamento de sua extensa faixa litorânea com atividades ligadas ao lazer e à recreação (em oposição à atual tendência de se implantar largas avenidas à beira-mar).

4.4 - Elementos do esquema

4.4.1 - Zoneamento - O zoneamento proposto por este Plano de Estruturação do Espaço pretende associar uma interpretação das tendências espontâneas de crescimento da Aglomeração Urbana a um conceito de ordenamento de sua expansão, de forma a maximizar o bem-estar da coletividade e a utilização dos equipamentos urbanos existentes e/ou a serem construídos.

Friza-se a preocupação de sustar a progressividade do crescimento em mancha-de-óleo através da definição de zonas de ocupação diferida. A principal explicação para esta proposição encontra-se no grande número de lotes vagos existentes em áreas já infra-estruturadas da Aglomeração Urbana. A ocupação a curto prazo dessas áreas colocadas como de uso diferido pode redundar em

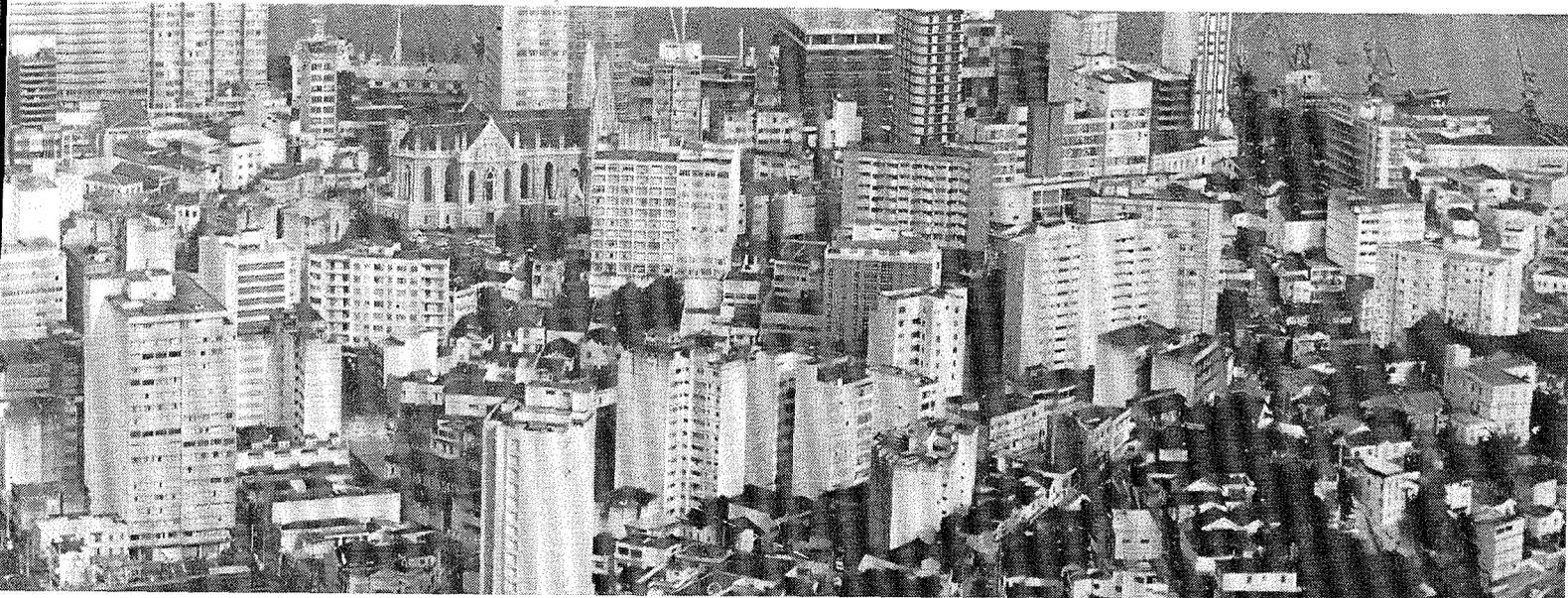
aumentos sucessivos de despesas para os cofres públicos, de forma pulverizada, o que, certamente, não é a maneira de otimizar a aplicação dos recursos governamentais voltados para o bem-estar da coletividade.

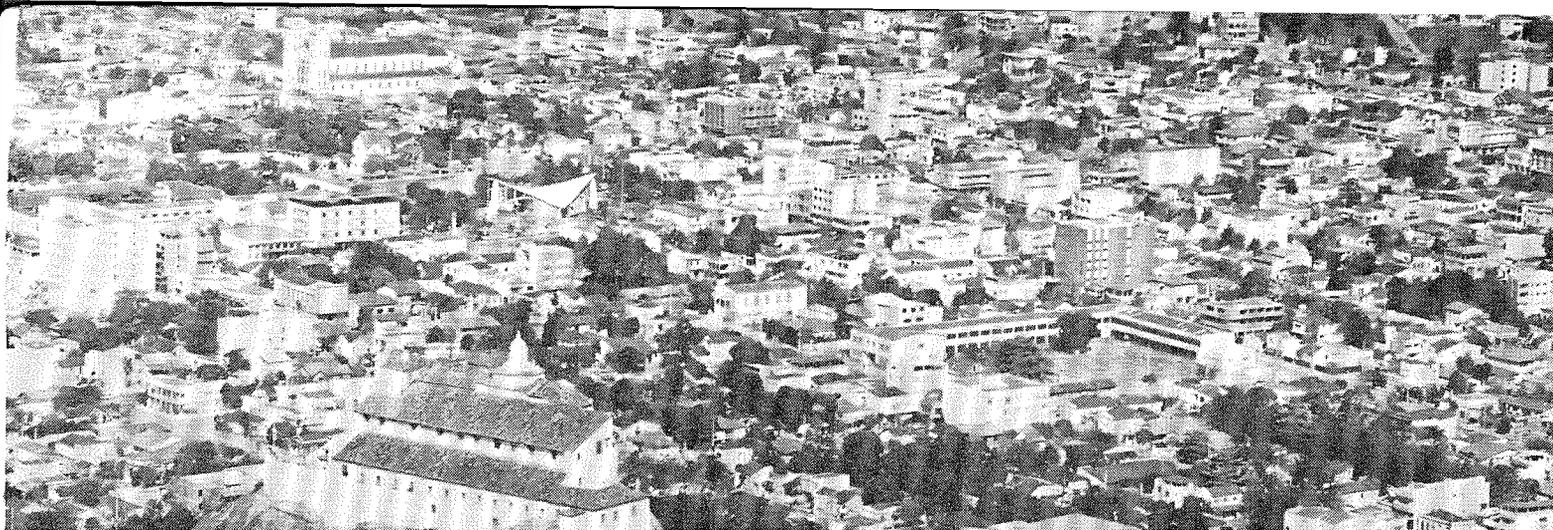
Ressalta-se também a imperiosidade de se incorporar ao PEE a urgência de serem definidas áreas que, pelo seu valor histórico/artístico/paisagístico e/ou ecológico, precisam ser preservadas e têm que ser objeto de análise específica. Os critérios adotados para a escolha dessas áreas podem ter seus pontos de subjetividade mas pretenderam, acima de tudo, servir como um posicionamento em favor daquilo que nos foi legado pela natureza ou pela história e que muitas vezes, permitimos destruir através de atos impensados.

As proposições a seguir, feitas de caráter geral, terão de ser objeto de detalhamento a nível local; através de planos diretores que complementarão essas diretrizes de forma associada às peculiaridades de cada caso.

Consideradas as atividades que são presentemente desenvolvidas e/ou sofrer um impulso considerável no futuro próximo, o espaço da Aglomeração Urbana foi esquematizado nas seguintes zonas de uso:

- a) Zona Residencial que será caracterizada pelo uso predominantemente residencial e acha-se dividido em:
 - a.1- Zonas de ocupação prioritária;
 - a.2- Zonas de ocupação diferida;
 - a.3- Zonas de diferentes faixas de densidade que por sua vez serão subdivididas segundo:





Município de Vila Velha

- tipo de habitação permitido;
 - presença de outros usos permitidos;
 - modelos de assentamento; e
 - densidades.
- b) Zona Comercial: que será caracterizada pelo uso predominante comercial 1 e será subdividida segundo:
- natureza, porte e grau de compatibilidade do comércio permitido;
 - presença de outros usos permitidos; e
 - modelos de assentamento.
- c) Zona Turística: que será caracterizada pelo uso predominantemente residencial, comercial e de prestação de serviços, sendo regulamentada por:
- tipos de habitação permitida;
 - natureza, porte e grau de compatibilidade do comércio e serviços permitidos;
 - presença de outros usos permitidos;
 - modelos de assentamento; e
 - densidade.
- d) Zona Portuária: que será caracterizada pelo uso estritamente portuário não sendo portanto nela permitida qualquer outra categoria de uso.
- e) Zona Industrial: que será caracterizada pelo uso predominante industrial e será sub-dividido segundo:
- natureza, porte e grau de compatibilidade da atividade industrial permitida;
 - presença de outros usos permitidos; e
 - modelos de assentamento.
- f) Zona de Uso Especial: que abrange áreas que terão que ser objeto de projeto específico do poder público e que para efeito do presente plano serão considerados equipamentos urbanos ou rurais sujeitos à preservação tais como:

Paisagem de Elementos Construídos

- Prédios de interesse histórico, artístico e sentimental;
- Ambientes urbanos ou conjuntos ambientais de interesse;

- Pontos de observação, fugas, “aberturas” para vistas de interesse ou para apreciar aspectos gerais do cenário urbano.

– Paisagem com Predominância de Elementos Naturais

- Elementos em si (pedras, morros, matas, ilhas, lagoas, praias, etc.);
- Ambientes ou conjuntos a serem observados de fora;
- Pontos que permitem apreciação de vistas panorâmicas.

– Áreas de Interesse Ecológico

- Reservas e parques para manutenção e/ou verificação da flora e fauna;
- Faixas de proteção sanitária de rios, lagoas, canais, vales úmidos e secos; e
- Faixas de proteção às praias e que permitam a sua maior e melhor utilização para fins de recreação e lazer.

área do lote.

- Índice de Conforto Habitacional: É a área mínima de habitação necessária por morador, expressa em metros quadrados.
- Afastamento:
- Afastamento frontal ou recuo: É a menor distância entre a edificação e o alinhamento.
- Afastamento Lateral: É a menor distância entre a edificação e as divisas laterais do lote.
- Afastamento de Fundos: É a menor distância entre a edificação e fundos do lote.

b) Densidade

É o número de habitantes por unidades de área de terreno, expressa em hectares. É determinada pela taxa de ocupação, do índice de aproveitamento e do índice do conforto habitacional.

Para os fins do presente trabalho, foram consideradas as seguintes faixas:

- ALTA DENSIDADE: 200-400 hab/ha
- MÉDIA DENSIDADE: 100-200 hab/ha
- BAIXA DENSIDADE: 50-100 hab/ha

O maior detalhamento, precisão e articulação desses parâmetros com aqueles que caracterizam os Modelos de Assentamento, deverá ser objeto dos Planos Diretores.

4. 4. 2 – Usos

As categorias de uso propostas para a Aglomeração Urbana da Grande Vitória, são:

- a) Residencial, compreendendo:
- Residência Unifamiliar: Uso residencial em edificações destinadas à habitação permanente, correspondendo a uma habitação por lote ou conjunto de lotes.
 - Residência Multifamiliar: uso residencial em edificações destinadas à habitação permanente, correspondendo a mais de uma habitação por lote ou conjunto de lotes, agrupadas horizontal ou verticalmente.

Nota I

a) Modelos de assentamento

São aqueles provenientes da combinação dos seguintes fatores:

- área e frente do lote;
- taxa de ocupação;
- índice de aproveitamento;
- índice de conforto habitacional;
- afastamento e vagas de estacionamento que disciplinam o uso do solo urbano, sendo:

Frente ou Testada do Lote

É a divisa que coincide com o alinhamento do logradouro público;

- Alinhamento: É o limite entre o lote e o logradouro público.
- Taxa de Ocupação: É a relação entre a projeção horizontal da área edificada e a área do lote.
- Índice de Aproveitamento: É a relação entre a área total edificada



- Conjunto Residencial Horizontal: uso residencial em edificações unifamiliares, destinadas à habitação permanente, cada uma em um lote, formando um todo harmônico, do ponto de vista urbanístico, arquitetônico e paisagístico.
- Conjunto Residencial Vertical: uso residencial em edificações multifamiliares verticais, destinadas à habitação permanente, num mesmo lote ou conjunto de lotes, formando um todo harmônico, do ponto de vista urbanístico, arquitetônico e paisagístico.

b) Comercial, sub-dividido segundo:

- A Natureza:
- Comércio Local: atividades comerciais destinadas ao abastecimento cotidiano da população, tais como: comercialização de produtos alimentícios, artigos de uso pessoal, artigos de uso doméstico e farmácias.
- Comércio Secundário: atividades comerciais varejistas destinadas ao consumo direto da população, tais como: joalheria, relojoaria, foto-ótica, aparelhos eletrodomésticos e louças.
- O porte:
- Comércio de Pequeno Porte: atividades comerciais ocupando área não superior a 50m² e/ou menos de 5 pessoas empregadas.
- Comércio de Médio Porte: atividades comerciais ocupando área não superior a 250 m² e/ou menos de 50 pessoas empregadas.
- Comércio de Grande Porte: atividades comerciais ocupando área não inferiores a 250 m² mais de 50 pessoas empregadas.
- O grau de compatibilidade com a habitação:
- Comércio Inócua: atividades comerciais que causem incômodos prejuízos ou risco.
- Comércio Incômodo: atividades comerciais que não sejam nocivas ou perigosas mas que produzam efeitos incômodos, tais como: ruídos, odores, fumaças e resíduos de qualquer natureza, ainda que não afetem a saúde da população; movimentação de veículos que afete o escoamento normal das correntes de tráfego, sem contudo causar perigo ou juízo sério ao trânsito.

- Comércio Nocivo: atividades que não sejam perigosas mas que produzam efeitos nocivos à saúde, à segurança, ao trânsito ou ao patrimônio público.
- Comércio Perigoso : atividades comerciais que coloquem em risco a saúde, a segurança ao trânsito, ou a existência do patrimônio público.

c) Prestação de Serviços, sub-dividido segundo:

- A natureza:
- Serviços Profissionais: exercícios de profissões regulamentadas em lei, sem fornecimento de mercadorias, tais como: médicos, dentistas, alfaiates e barbeiros.
- Serviços de Natureza Social, recreativa, financeira, turística, administrativa, técnica e de manutenção de mão-de-obra ou outro de localização necessariamente próxima, tais como: agências bancárias, consertos de eletrodomésticos, casas lotéricas.
- Serviços de transportes de objetos volumosos e armazenamentos, tais como: empresas transportadoras e de transporte coletivo, pátios de estacionamento de máquinas.
- O porte:
- Pequeno Porte: quando exercido em estabelecimento com menos de 50m² e/ou menos de 5 pessoas empregadas.
- Médio Porte: quando exercido em estabelecimento com menos de 250m² e/ou menos de 50 pessoas empregadas.
- Grande Porte: quando exercido em estabelecimento com mais de 250 m² e/ou mais de 50 pessoas empregadas na atividade.
- O grau de compatibilidade com a habitação:
- Inócua: prestação de serviços que não causem incômodo, prejuízo ou risco.
- Incômoda: prestação de serviços que não sejam nocivas ou perigosas mas que produzam efeitos, tais como: ruídos, odores, fumaças e resíduos de qualquer natureza que ainda não afetem a saúde da população; movimentação de veículos que afete o escoamento normal das correntes de tráfego, sem contudo causar perigo ou prejuízo sério ao trânsito.
- Nociva: prestação de serviços que não sejam perigosos mas que produzam efeitos nocivos à saúde, à segurança ao

trânsito ou ao patrimônio público.

- Perigosa: prestação de serviços que coloquem em risco a saúde, a segurança ao trânsito ou a existência do patrimônio público.

d) **Portuário**, que se aplica as áreas que margeiam um trecho de costa marítima, de braço de mar ou rio, sobre os quais sejam desenvolvidas quaisquer das seguintes atividades:

- embarque e desembarque de mercadorias e/ou de passageiros, embarcações atracadas a qualquer tipo de cais;
- desmonte, reparação ou construção naval;
- transporte de cargas e/ou passageiros entre as embarcações atracadas e outros meios de transporte;
- estocagem ou armazenamento de cargas em pátios descobertos, trapiches, armazéns, depósitos, silos, frigoríficos e demais afins;
 - . política marítima ou fluvial;
 - . alfândega e de polícia sanitária; e
 - . administração portuária e seus afins.

e) **Industrial**, sub-dividido segundo:

- Porte:
- Indústria pequena: atividades industriais ocupando área não superior a 100m² e/ou 10 pessoas empregadas.
- Indústria Média: atividades industriais ocupando área não superior a 200 √2 e/ou 200 pessoas empregadas.
- Indústria Grande: atividades industriais ocupando área superior a 200 m² ou mais de 200 pessoas empregadas.
- Grau de compatibilidade com a habitação
- Inócua: que não cause incômodo, prejuízo ou risco.
- Incômoda: não nociva ou perigosa mas que produza efeitos nocivos, tais como: ruídos, odores, fumaças e resíduos de qualquer natureza que ainda não afetem a saúde da população; movimentação de veículos que afete o escoamento normal das correntes de tráfego sem contudo causar perigo ou prejuízo sério ao trânsito.
- Nociva: que não seja perigosa mas que produza efeito nocivo à saúde, à segurança ou ao patrimônio público.
- Perigosa: que coloque em risco a saúde ou a existência do patrimônio público.

4. 4. 3 – Sistema Viário

Como foi visto no Capítulo II, a maior ou menor dificuldade de acesso a áreas da Aglomeração Urbana determinou de maneira marcante a ocupação de seu solo.

Dado que essa inter-relação acesso viário/ocupação não é fenômeno exclusivo da Grande Vitória, considerando as experiências vividas por outras metrópoles e como o sistema viário é um instrumento que muito pode colaborar com o planejamento urbano no que diz respeito ao uso do solo, propõe-se que sejam iniciados, o mais breve possível, estudos que conduzam a uma definição de transportes para a Aglomeração Urbana.

No sentido de fixar algumas referências, são feitas as seguintes proposições:

4. 4. 3. 1 – Quanto ao Sistema Rodoviário

O sistema rodoviário deve basear-se em três eixos estruturais orientados na direção Norte-Sul, que permitam um deslocamento linear das correntes de tráfego.

Os três eixos estruturais, doravante denominados eixo externo, eixo interno e eixo litorâneo, por sua localização geográfica, apresentam características funcionais específicas.

Ao eixo externo caberá a função de acomodar todo o tráfego de passagem (externo-externo) pela Microrregião, sem que este tenha que conflitar com o tráfego urbano.

O eixo interno funcionará como corredor para o tráfego externo-interno, interno-externo e microrregional, evitando assim o congestionamento das áreas centrais e das vias arteriais.

Já o eixo litorâneo, dada a proximidade do mar, e conseqüentemente sua inserção numa zona nobre, servirá como canalizador de tráfego fundamentalmente turístico, com predominância de tráfego não comercial.

É fundamental observar-se que o presente trabalho propõe que esse eixo litorâneo não se localize nas vias pontais do mar, mas sim em uma paralela próxima. Essa colocação se faz necessária por estar incorporada neste trabalho um partido segundo a qual as áreas existentes entre o mar e as primeiras edificações

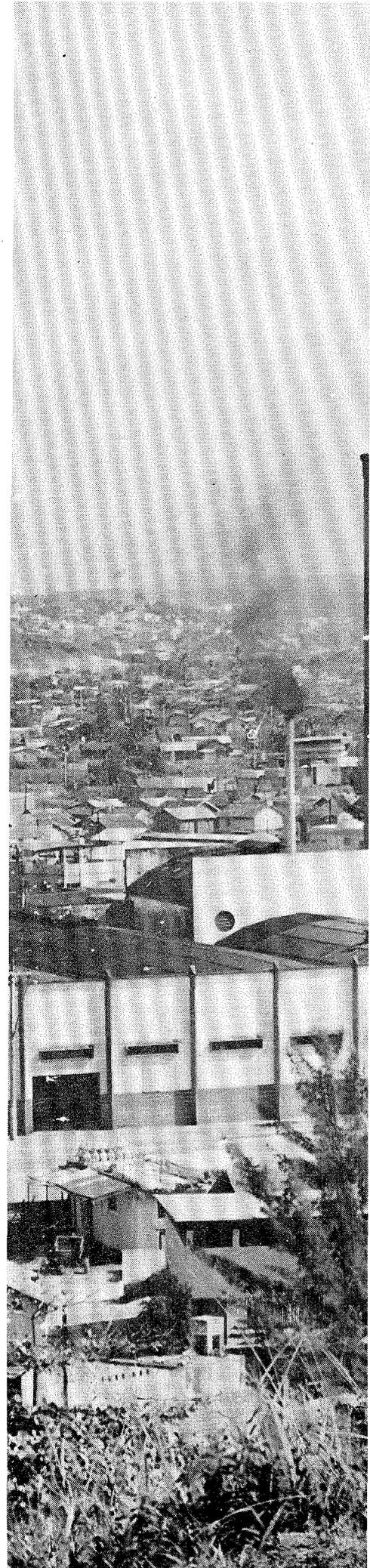




Foto Pajau

devam ser ocupadas basicamente por equipamentos de recreações e lazer, sendo permissível apenas vias locais.

Apesar dos eixos estruturais externo, interno e litorâneo serem coincidentes em quase toda extensão com vias existentes, eles necessitam de obras complementares.

Dessas, destacam-se a construção de uma ligação viária entre a ilha de Vitória e o Continente Sul e seus acessos², e um novo trecho da BR-101 contornando o Mestre Alvo, visto que o atual, passando entre a reserva e o mar, tem características marcantes da Avenida.

Aos três eixos estruturais, deverá se articular todo o sistema arterial principal que, a nível microrregional, funciona como distribuidor de viagens com destino a diferentes pontos da Aglomeração.

Nota II

Classificação de Vias Públicas

De acordo com as funções e característica essenciais, as vias públicas são assim definidas:

- Vias Estruturais: vias contínuas projetadas para tráfego pesado, constituindo ligações rápidas entre áreas distantes, tendo cruzamento e acessos às áreas lindeiras devidamente controlados.
- Vias Arteriais Principais: vias contínuas projetadas para circulação de

grandes volumes de tráfego, preferencialmente destinadas ao tráfego urbano, tendo cruzamentos, acessos às áreas lindeiras e estacionamento devidamente controlados.

- Vias Arteriais Secundárias: vias destinadas ao tráfego urbano funcionando eventualmente como alternativa às arteriais principais e com rota preferencial para transportes coletivos, tendo cruzamento, acessos às áreas lindeiras e estacionamento parcialmente controlados.
- Vias Coletoras e Distribuidoras: vias auxiliares que possibilitam a passagem do sistema arterial para o sistema local, tendo cruzamentos, acessos às áreas lindeiras e estacionamento com as restrições essenciais.
- Vias Locais: vias destinadas preferencialmente para acesso a residências, negócios e outras propriedades adjacentes.

4. 4. 3. 2 - Quanto ao Sistema Aquaviário

A inclusão do sistema sobre águas no PEE deve-se ao fato de, constituindo um acesso natural, sua utilização deve ser encarada com prioridade com vistas a um programa de transporte de massas para a Aglomeração.

(2) Os estudos de localização, viabilidade e projetos básico desta ligação já se encontram em fase de concentração por parte do Governo do Estado, após concorrência pública nacional.

(3) PRE - 1 - Programa de Consolidação do Pólo de Vitória, pag. 4.3.117

"Circundada de águas em permanente calma, a população flui do continente à ilha por um único ponto, sem dispor de um sistema de transporte aquaviário compatível com a geografia, com distribuição demográfica e com o sentido de conurbação da Grande Vitória. Facilmente explicável para a parcela motorizada da população (de casa ao trabalho de carro), não é crível que os usuários coletivos, pelo menos da orla marítima (Porto de Santana, Argolas, Paul, Aribiri, Glória, Vila Velha, etc.) não dessem preferência a um sistema aquaviário.

Enquanto não se inclui a construção da 2ª Ponte, não se materializa a ligação entre a ilha e o continente, adensando-se a microrregião no ritmo projetado, a montagem de um sistema de transporte marítimo assume alta prioridade e requer providências urgentes.

Atualmente, funciona apenas um fluxo diminuído de Paul ao Centro de Vitória, exercido por barcos a remo e lanchas da APV - Administração de Porto de Vitória. Conta a APV com uma lancha para 150 passageiros funcionando apenas aos domingos em circuito turístico e 3 (três) com capacidades para 53 passageiros no circuito Paul-Vitória (340 viagens/dia de 3 minutos de duração)³.

O aumento e melhoria dos serviços de transportes aquaviários devem ser encarados como uma solução natural para os problemas de tráfego que hoje afligem a Aglomeração da Grande Vitória, com seus congestionamentos ocorrendo com frequência cada vez maiores no centro da ilha e nas vias que a ligam a Vila Velha e Cariacica.

4. 4. 3. 3 - Quanto ao Sistema Ferroviário

O uso do transporte ferroviário tanto para carga como para passageiros é, atualmente, uma política federal e conduz a uma maior eficiência e menor custo quando comparado com o transporte rodoviário.

As características do sistema (fluidez, constância economia de tempo,

custo de investimento e manutenção, ausência de poluição e acidentes, durabilidade), os benefícios indiretos proporcionais (rendimento do trabalho, redução dos investimentos em asfalto, ônibus, oficinas, etc.) e os indicadores de sua viabilidade (o adensamento urbano, a conurbação para os centros de animação, a densidade dos fluxos para a Universidade, o Complexo Naval e Siderúrgico o porto de Tubarão, etc.) recomenda, que pelo menos sejam tomadas providências no sentido de a ocupação do solo não tornar, no futuro, inviável a utilização do sistema que sejam reservadas faixas de pelo menos 100 metros ao longo das linhas ferroviárias existentes e planejadas.

4.4.4 – Terminais de Transportes

A inclusão de terminais de transportes no presente trabalho justifica-se por serem investimento em infra-estrutura urbana que têm implicações importantes no sistema viário e no uso do solo.

Como a inobservância das implicações de causa e efeito da localização de atividade como essa pode causar prejuízos para o crescimento harmônico da Aglomeração Urbana como um todo, faz-se as seguintes apreciações e proposições:

a) Quanto ao Transporte de Passageiros

– Aeroporto: a proximidade da siderúrgica do local do atual aeroporto fez com que se antecipasse em alguns anos a necessidade de realocação do aeroporto da Aglomeração Urbana. Estudos recentemente conduzidos sob patrocínio do Governo do Estado, levaram a quatro localizações alternativas para o novo terminal. Dessa, a que mais atende aos interesses do desenvolvimento regional é a de Nova Almeida.

Com a retirada do tráfego aéreo mais intenso do Aeroporto Eurico Salles, é proposição do PEE que o mesmo seja utilizado para a construção de um parque municipal que daria uma melhor imagem da entrada da cidade servida para compor um cordão verde entre a zona industrial e a residencial de Goiabeiras e Camburi.

– Rodoviária: o total estrangulamento da Estação Barão de Monjardim e sua localização em ponto já bastante conges-

tionado do cento da ilha de Vitória, exigem que se priorize a procura de alternativas locais para um novo terminal de passageiros terrestres.

Como marco de referências para essa procura, adotou-se a necessidade de localizar-se o terminal de um ponto da Aglomeração que tivesse as melhores condições de distribuição/concentração de passageiros de acordo com seu destino/origem.

Considerada a atual distribuição de população na Aglomeração e a tendência futura dentro das proposições aqui feitas, e levada em conta o sistema viário existente e proposto, optou-se pela localização de um terminal de passageiros atrás do Estádio Engenheiro Araripe⁴.

Note-se que esse local encontra-se em privilegiada posição no que diz respeito às populações de Vitória (acesso facilitado com a conclusão da Ponte da Ilha do Príncipe); Vila Velha (tráfego direto através da Rodovia Carlos Lindemberg) e Cariacica/Viana (com as melhorias a serem feitas pelo DNER nos primeiros quilômetros da BR-262 os atuais problemas de congestionamento em Jardim América serão minorados de forma substancial). O acesso ao extremo norte da Aglomeração poderá ser facilmente feito através das rodovias ES-080 e BR-101 (Contorno de Vitória).

Ressalte-se o fato de ser essa localização privilegiada para um terminal rodo-ferroviário tendo em vista estar a mesma as margens do ramal da Estrada de Ferro Leopoldina e a cerca de 500 (quinhentos) metros do atual terminal de passageiros da Estrada de Ferro Vitória-Minas.

A urgência de se ter uma decisão definitiva quanto à presente proposição, prende-se ao fato de a mesma ter que ser incorporada à série de dados a serem considerados pelo DNER, quando do estudo final de acesso à Ponte da Ilha do Príncipe pelo lado do Continente.

b) Quanto ao Transporte de Cargas

O crescimento natural da Aglomeração Urbana impõe a necessidade de se es-

tudar a curto prazo a localização de um terminal de cargas.

Afinal, o centro não tem mais condições de suportar o tráfego de veículos de carga que por ele circula dada a existência de um grande número de transportadoras rodoviárias e de estabelecimentos de comércio atacadistas localizadas na zona comercial da cidade.

Dado o escopo do presente trabalho, a localização e implantação de um "porto seco" fica como uma proposição. A ela fica acrescida a necessidade de se procurar enfocar o problema de forma integral, qual seja, buscando uma perfeita articulação rodovia/ferrovia/porto de forma a otimizar a aplicação de recursos e a dar uma maior eficiência ao sistema.

4.4.5 – Centros de Animação

O crescimento desordenado da Aglomeração Urbana feito através de loteamentos desarticulados, muitas vezes ligados a interesses meramente especulativos, sendo o centro de Vitória praticamente o único ponto comercial e de prestação de serviços, resultou em um congestionamento de características bem marcantes na ilha.

Esse congestionamento traz sérios prejuízos não só àqueles que residem no centro principal da Aglomeração como a maioria da população que vem ao centro à procura de bens e serviços não ofertados em locais mais próximos do seu trabalho ou residências.

Dentro do objetivo de procurar-se uma Aglomeração articulada de maneira a melhor atender as necessidades de sua população, repete-se neste trabalho uma proposição feita pelo Plano de Desenvolvimento Integrado, qual seja o de desconcentração gradativa do centro de Vitória através de uma estrutura urbana polinucleada, organizada em torno de vários Centros de Animação Urbana (CA).

O principal objetivo de definir-se esses Centros de Animação prende-se à necessidade de orientar a aplicação de recursos públicos e privados principalmente nos setores de comércio e de prestação de serviços. Esse ordenamento se faz necessário pois a pulverização na utilização de recursos voltados para o

(4) Esta sugestão não invalida a possibilidade de serem estudadas alternativas locais, caso seja provada sua inviabilidade.

atendimento ao público tem levado cada vez mais a um maior congestionamento de Centro de Vitória.

Um C.A. corresponde ao conceito comum de "Centro de Cidade", tendo como principais elementos constitutivos:

- Alta densidade no próprio CA e nas adjacências de fácil acesso;
- Localização num nó de comunicações, ou seja, na interseção ou ao longo de vias importantes, e linhas de transporte coletivo, porém com espaços suficientes reservados ao uso exclusivo de pedestre. Numa cidade poli-nuclear, a distância dos CA adjacentes não deve exceder 30 minutos por meio de transporte comum.
- Ter zona de comércio principal e de prestação de serviços profissionais e de natureza social,
- Dispor de equipamentos urbanos apropriados para atender às necessidades de saúde, ensino, cultura e lazer.

As proposições objetivam de um lado consolidar a vocação de algumas áreas da Aglomeração que já preenchem totalmente ou em parte alguns desses pontos e, de outro, acelerar o processo de surgimento daqueles que, por sua localização estratégica — no que se refere à ocupação atual e/ou à proposta pelo PEE — têm vocação para preencher os requisitos mínimos de um CA.

4. 4. 5. 1 — Centros de Animação Existente a Serem Fortalecidos

- O Centro da Ilha de Vitória: Neste CA permanecerá o centro principal de toda a aglomeração. Dada sua atual densidade demográfica, permanente e flutuante, é fundamental que sejam feitas reservas de áreas para trânsito exclusivo de pedestres⁵.
- Vila Velha: A localização exata deste CA dependerá das decisões sobre a nova ligação da Ilha e o Continente Sul, podendo o mesmo deslocar-se em direção à Praia da Costa ou, ao contrário, em direção ao bairro da Glória, com a futura extensão da aglomeração rumo à Barra do Jucu e Guarapari, este CA adquirirá ainda maior relevância.
- Jardim América/São Torquato: Embora perto do CA do Centro, esta região tem certa autonomia pelo braço

de mar que o separa do mesmo, e pelas extensas áreas habitacionais e industriais, situado a meia distância entre os C.A.'s de Vila Velha e de Campo Grande. Caso seja o local escolhido para implantação do terminal rodoviário da Aglomeração se fortalecerá como CA, e passará a ter confirmada sua especialização em matéria de transporte, comércio e serviços relevantes.

- Campo Grande: É atualmente a área da Aglomeração que apresenta maior homogeneidade como CA secundário. Bastará apoiar e ordenar o seu crescimento com instalações urbanas adequadas.
- Carapina: É o centro geográfico do norte da Aglomeração e a interseção das principais vias da área. A proximidade das grandes áreas industriais projetadas e em implantação, exigirá extensa rede de serviços do todo tipo — administrativos, financeiros, assistenciais, educacionais, etc . . . A proximidade de possíveis fontes de poluição exigirá uma atenção particular para instalações adequadas de equilíbrio, tais como áreas verdes, parques, áreas desportivas, centros sociais, etc. . . O CA de Carapina terá como principal característica a função de apoio à zona industrial. Entretanto, servirá também como CA regional tanto para a área com predominância de classe baixa da Serra (sede), quanto para aquela de predominância da classe média e alta (Jacaraípe).

4. 4. 5. 2 — Centros de Animação Potenciais a Serem Estimulados

- Goiabeiras: Em área situada entre o Campus Universitário e o Aeroporto Eurico Salles, a oeste dos conjuntos habitacionais de Goiabeiras e Camburi, deverá ser fortalecido um CA intermediário entre os CA's do Centro e de Carapina. Nele predominará a função educacional e habitacional. Deverá objetivar a integração do Campos Universitário à área, evitando que o mesmo se efetive como um bloco fechado. Este CA abrangerá também a área setentrional da ilha de Vitória.

- Jacaraípe: Atendendo à zona residencial classe alta e média que está surgindo ao norte da zona industrial de Carapina, fora de alcance dos ventos predominantes e ao longo de belas praias, haverá necessidade de fortalecer, pouco a pouco, um CA em Jacaraípe.

- Serra: É provável que Serra (sede) cresça como cidade operária em função das áreas industriais localizadas no município. Será necessário, aos poucos, fortalecer ali um CA.
- Barra do Jucu: Situado a meia distância entre Vila Velha e Guarapari, ao longo de rápida ligação rodoviária em vias de acabamento; de nova ligação ferroviária em estudo; e ao norte de uma das alternativas de localização do novo aeroporto, assim como ao longo de bela orla marítima, Barra do Jucu reúne todas as condições para desenvolver-se como CA de uma população de classe média e alta.
- Viana: atualmente é um pequeno núcleo urbano em meio a uma zona rural. Por sua localização próxima a BR 262, pela industrialização existente e prepotencial na área entre Viana e Campo Grande, assim como a extensão geral da aglomeração, Viana poderá desenvolver-se como CA urbano, além de continuar exercendo suas funções de apoio à zona rural de suas vizinhanças.
- Flexal: O surgimento deste CA., na região entre Porto de Santana e Flexal, dependerá de uma nova ligação entre o sul da ilha de Vitória e o continente. Quando esta vier a ser realizada, Flexal estará na interseção da principal via de penetração ocidental da Aglomeração, em área de excelentes terrenos urbanizáveis, Flexal completaria a rede dos CA da aglomeração, por sua situação intermediária entre Carapina e Goiabeiras, ao norte, e Viana, Campo Grande e Jardim América, ao sul.
- Cariacica (sede): Embora em posição geográfica de "cul-de-sac", poderá se desenvolver um CA quando houver plena ocupação da zona industrial do Contorno, assim como execução da ligação ocidental entre o continente e a ilha.

(5) O sucesso da recente experiência promovida pela Prefeitura de Vitória com o fechamento do tráfego de veículos de parte da Rua Sete de Setembro, reforça essa proposição.

V

Aspectos institucionais e prioridades

5.1 — As condicionantes da mudança racional

Dados os quadros, atual e futuro, de expansão econômico-demográfica da Aglomeração Urbana, não é difícil aceitar-se que, a menos que medidas sejam tomadas no sentido da reacionalização da mudança, teremos, em futuro próximo, uma metrópole "inchada", desumana e geradora de custos maiores que os benefícios esperados do processo de crescimento.

A Aglomeração Urbana da Grande Vitória classifica-se como homogênea, a partir de critérios fisiográficos e econômicos-sociais. No entanto, ela constitui um espaço político e administrativamente heterogêneo, em que, ao lado da superposição de esferas governamentais de três níveis, ocorre a justaposição de cinco administrações municipais autônomas.

O Plano de Estruturação de Espaço, ora proposto, encara esse espaço como um contínuo, intimamente articulado, de unidades urbano-sócio-econômicas, que não coincidem, necessariamente, com os limites político-administrativos.

Como se sabe, o planejamento — voltado eminentemente para a tomada de decisões — concretiza-se em atos político-administrativos que, no caso da Aglomeração, devem emanar dos Governos Federal, Estadual e das cinco administrações municipais (além de entidades privadas).

No sentido de dar um mínimo de uniformidade necessária a esses atos, de forma a possibilitar uma melhor utilização de recursos financeiros e humanos oriundos do poder público na Aglomeração Urbana, faz-se mister a montagem de um aparato institucional capaz de conciliar os interesses da região como um todo e de cada municipalidade individualmente.

Como o surgimento das grandes áreas metropolitanas é fenômeno recente no Brasil, a adequação das esferas de

poder é, ainda, objeto de estudos e discussão.

Enquanto não surge o chamado quarto nível de poder — o metropolitano — é fundamental que as municipalidades, cujas áreas se encontram em um processo de conurbação célebre — como é o caso da Aglomeração Urbana da Grande Vitória — não contempladas pela Lei Complementar nº 14, se articulem de forma a implantar um processo de planejamento da ação integrada.

Com esse objetivo, encontram-se, em anexo, duas proposições: A primeira defende a criação de um Conselho de Prefeitos perfeitamente articulado com o Governo Estadual e por ele apoiado técnica e financeiramente, cuja finalidade maior seria uma maior integração no planejamento da solução dos problemas comuns. A segunda advoga um sistema homogêneo para o planejamento urbano nos municípios pertencentes à Grande Vitória. Essa homogeneidade se torna imperiosa quando o processo de conurbação atinge os níveis existentes na Aglomeração Urbana.

5.2 — Prioridades

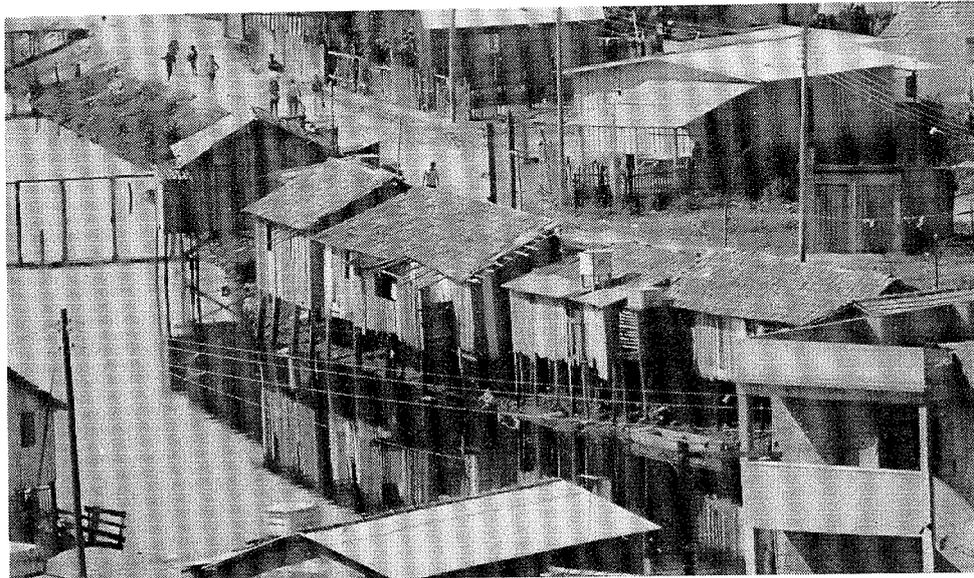
Da elaboração de um plano-em-

brão, que é como deve ser encarado o PEE, emerge uma gama de problemas que devem ser estudados com maior profundidade na busca de soluções mais adequadas.

A listagem abaixo, ao contrário de ser uma forma de perpetuar a necessidade de estudos e planos infundáveis, é uma tentativa de se direcionar, de forma ordenada, a ação planejadora da Aglomeração.

5.2.1 — Estudos a Nível da Aglomeração

- Cadastro Metropolitano: a inexistência de dados básicos atualizados para o planejamento urbano faz com que se priorize a elaboração de um cadastro metropolitano, cujos mapeamentos e levantamentos serão utilizados na maioria dos estudos programados.
- Esgoto Sanitário: os problemas de saneamento da Aglomeração Urbana da Grande Vitória podem ser classificados como dos quais graves. Registra-se a inexistência de qualquer serviço organizado de esgotos sanitários da região. O uso das fossas com lançamento do efluente na rede de águas pluviais ou em valas, para posterior deposição final nos cursos d'água ou no mar, é prática comum.



Santa Rita — Vila Velha

Isso posto, urge que sejam elaborados estudos, planos e projetos de um sistema de esgotos sanitários para a Aglomeração Urbana como um todo, compreendendo levantamentos gerais de dados, pesquisas sócio-econômicas, topográficas, projeto técnico do sistema e estudo de viabilidade técnico-econômico-financeira, com vistas ao controle da poluição hídrica e ao estabelecimento de padrões sanitários adequados à prevenção e ao controle de inúmeras doenças transmissíveis.

- Transportes: os problemas de transportes e circulação da Grande Vitória estão intimamente ligados à posição geográfica e à formação topográfica de seu pólo central.

As deficiências do sistema de transporte coletivo faz com que grande parte da população se utilize de transporte individual para realizar suas viagens diárias, congestionando, assim, a única via de acesso entre o centro e o continente sul.

O problema tem, ainda, dois outros fatores determinantes: o primeiro deles é a carência de vagas de estacionamento na área central, agravado pelo sensível aumento da frota de veículos verificado nos últimos anos e o outro é a grande movimentação de veículos de carga pesada, conflitando o tráfego urbano nas vias principais.

Procurando encontrar uma solução de médio prazo que possa, facilmente, ser adaptada à nova condição viária que existirá na Grande Vitória, quando da entrega ao tráfego da 2ª e 3ª pontes, propõe-se o Programa Global de Transportes, que tem os seguintes objetivos principais:

- a) aumento na eficiência dos transportes coletivos, em três modos: inicialmente, o rodoviário e o aquaviário e, posteriormente, o ferroviário;
- b) restrição ao uso do transporte individual;
- c) racionalização do uso das vias urbanas,

Cada um desses objetivos se constituirá num subprograma, onde os resultados de um farão parte dos dados de entrada do outro, até que todos eles sejam atingidos e o sistema funcione com eficiência, sujeito a revisões periódicas, para adaptá-lo às novas condições incidentes.

- **Proteção Ambiental:** objetivando subsidiar um órgão estadual de proteção ao meio-ambiente, propõe-se o levantamento cadastral das diversas fontes poluidoras e a partir dessa identificação, um estudo de localização de estações de observação da qualidade do solo, água e ar. Como produto final deste trabalho, dever-se-á ter, também, um dimensionamento dessas estações, bem como uma proposta institucional financeira capaz de viabilizar a implantação do sistema.

- **Patrimônio Histórico – Artístico – Paisagístico:** aceitas as proposições feitas neste trabalho, no que se refere à valorização do patrimônio histórico-artístico-paisagístico da Aglomeração, é necessário que cada um dos pontos identificados seja objeto de um detalhamento capaz de subsidiar uma ação legal/administrativa compatível com o objetivo de preservar.

- **Estruturas de Saúde:** o projeto pretende dar à Aglomeração Urbana uma estrutura de saúde compatível com o crescimento demográfico e com as perspectivas de implantação de grandes projetos econômicos na área.

Além dos aspectos de medicina preventiva (a Aglomeração encontra-se em região geo-econômica com taxa de mortalidade infantil inferior, apenas, à do Nordeste, ampla incidência da malária e esquistosomose mansônica), deverão ser encarados os aspectos críticos de que se ressentem a área no que se refere ao atendimento médico de urgência, da reabilitação e do tratamento das chamadas doenças degenerativas, cujos coeficientes demonstram uma tendência de crescimento.

- **Coleta e Disposição Final dos Resíduos Sólidos:** este trabalho visará o estudo das possíveis soluções para os serviços de acondicionamento, transporte e disposição final dos resíduos sólidos (lixo) provenientes das atividades domésticas e industriais na Aglomeração. A principal razão para a elaboração do trabalho, a nível da Aglomeração como um todo, prende-se às economias de escalas provenientes de tal condução do problema.

- **Centros de Animação:** o trabalho objetivará a análise do funcionamento e da localização, na área da Aglomera-

ção, dos elementos sob controle público e que são constitutivos de um Centro de Animação, como por exemplo: correios, delegacia de polícia dependências de órgãos burocráticos federais, estaduais e municipais; centros educacionais e de atendimento à saúde; pontos de interseção do transporte coletivo; etc.

O estudo visa orientar a implantação dessas funções, de modo a fortalecer os Centros de Animação propostos, além de pretender estimular a iniciativa privada apropriada, como agências bancárias, comércio em geral, cinema, associações diversas, etc.

- **Terminais de Transportes:** estudo de localização, viabilidade técnico-econômica e projeto urbanístico básico para um "Porto seco" na Aglomeração Urbana, além de um estudo de viabilidade técnico-econômica e projeto básico de terminal rodo-ferroviário para passageiros.

- **Aperfeiçoamento e Treinamento de Recursos Humanos:** este projeto visa a elaboração de um programa de cursos e seminários para pessoas envolvidas com o processo de planejamento e com a execução de obras de aglomeração Urbana (tanto a nível municipal quanto metropolitano). Deverá, sempre que possível, valer-se da experiência de outros centros, através de estágios orientados de pessoal local e de palestras por parte de profissionais experientes de outras áreas.

5. 2. 2 – Estudos a Nível Municipal

Além de um cadastro técnico-municipal, é fundamental que as prefeituras que compõem a área metropolitana da Grande Vitória priorizem a elaboração de Planos Diretores para cada uma das áreas articuladas com os Centros de Animação propostos.

Esse será o primeiro passo no sentido de detalhamento das proposições de Plano de Estruturação e será fundamental para a real implementação do ordenamento da Aglomeração.

Dada a proposição de se vitalizar a atividade turística na área, ressalte-se a necessidade de elaborar-se trabalho específico para a orla marítima nos municípios de Vila Velha, Vitória e Serra.

Anexo I

Patrimônio ambiental: preservação e conservação

“As recomendações da UNESCO sobre a salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e dos sítios contra as devastações e os efeitos da técnica moderna constituem um apelo no sentido de convocar os países industrializados e porem fim a essa desastrosa destruição, antes que seja tarde demais”⁶

Estas palavras vêm ao encontro dos anseios de todos que assistem à mutilação da Natureza e, mesmo, de elementos construídos, considerados patrimônio histórico, artístico, sentimental do povo.

Cabe registrar um protesto contra a destruição de elementos preciosos e tão valiosos de nossa Terra.

É preciso deter, controlar esse aruinação.

Partimos, no nosso estudo, fazendo uma listagem do que se devia preservar sob o ponto de vista paisagístico. Consideramos, então, dois grandes grupos: *A* — Paisagem formada por elementos construídos e *B* — Paisagem com predominância de elementos naturais.

No grupo *A* enfocamos:

- 1) Prédios de interesse histórico, artístico, sentimental (a memória do povo);
- 2) Ambientes urbanos ou conjuntos de interesse ambiental;
- 3) Pontos onde se descortinem para apreciar panoramas, aspectos gerais do cenário urbano. Nos casos de preservação, considerar a necessidade de se criar perspectivas para valorização de elementos e ou prevenir a obstrução das existentes;

No grupo *B* focalizamos:

- 1) Elementos em si (pedras, morros, matas, ilhas, lagoas, praias);
- 2) Ambientes ou Conjuntos (tipo envolventes) ou a ser observado de fora;
- 3) Pontos de observação, locais mi-



Convento São Francisco — Vitória

rantes para permitir à apreciação de vistas panorâmicas.

Essa listagem foi feita por município, com o auxílio e a contribuição de informações fornecidas por historiadores (Professora Maria Stela de Novaes, Dr. Adelpho Monjardim, Renato José Costa Pacheco, Heribaldo Balestrero), antropólogo Celso Perota, estudiosos e interessado nesses problemas, como Dr. Roberto Viana Rodrigues, o Professor Magid Saad, o Engenheiro Marcelo Fundão Pessoa e, naturalmente, foram ouvidas as inúmeras pessoas residentes nesses municípios.

Partimos, em seguida, para o Mapeamento aerofotográfico em 1:5000, de parte dos municípios da Serra, Vila Velha e Vitória, nosso trabalho está incompleto, assim como não chegamos ao nível de detalhamento previsto nos

itens 3, tanto do grupo *A* como do grupo *B*, por absoluta exiguidade de tempo.

Como o que se propõe fazer é uma Lei de Zoneamento de um Plano de Massa e não há tempo para detalhamento, fomos levados a nós deter nesse nível mencionado.

Procurando justificar a listagem feita e auxiliar o legislador, diríamos que, em Vitória, no grupo *A*:

- 1) As construções, nas imediações das edificações já tomadas pelo IPHAN: Capela de Santa Luzia, Igreja do Rosário, Solar Monjardim casas de números 197 e 203 da Rua José Marcelino deverão ser condicionadas ao estudo para preservação desses edifícios;
- 2) Também as construções nas

(6) Malcolm S. AIDSESHIAN, *O Papel do Homem no Desenvolvimento. Reflexão sobre a década de 70.*

imediações da casa da família Cerqueira Lima — na rua do mesmo nome — deverão ser estudadas, de modo a proteger esse prédio, cuja preservação é de interesse para Vitória. O mesmo deverá ser feito nas imediações da Capela das Neves, Fonte da Capixaba, Catedral, Carmo;

- 3) O Viaduto da Ilha do Príncipe e as “5 Pontes” — Florentino Avidos porque marcam uma característica de Vitória. Estruturas metálicas, preciosos ornamentos da Baía de Vitória, executados na Alemanha, pela

5) Cuidados deverão ser dispensados, também, no planejamento e autorização de construções em suas imediações da Catedral e praça contínua. Essa área merece um estudo, a fim de disciplinar as construções, de modo a garantir a preservação desse conjunto. O mesmo deverá ser feito para os conjuntos:

- a) Palácio Anchieta, Escola Normal Pedro II, Escadaria do Palácio;
b) Palácio Anchieta, Praça João Clímaco, Edifício da Assembléia Legislativa;
c) Escadaria Maria Ortiz;
d) Antigo Convento de São Fran-

be Saldanha da Gama), com seus canhões, portão;

- l) O Aeroporto de Santo Antônio, que teve memorável movimento de hidro-aviões.
6) Como pontos de observação, mirantes, deverão ser cuidadosamente protegidos:
a) O Saldanha;
b) A Caixa d'água do Morro da Santa Clara;
c) A Igreja do Rosário com suas palmeiras;
d) Escadaria do Palácio. São elementos construídos em encostas, elevações. As construções em suas mediações deverão depender de uma orientação, dada de maneira a garantir uma visão panorâmica desses locais.

No grupo B Justificaríamos:

- 1) Em Vitória, o maciço central, belíssimo coberto por matas fechadas afloramentos rochosos, com pontos mirantes naturais—Morro da Fonte Grande, encostas acima da Rua Alziro Viana, Fradinhos Pedra dos Olhos, também chamada Frei Leopardi ou Pedra de Jucutuquara, Morro da TV Vitória, pedra do Vigia (Final da Avenida Capixaba), mereciam uma preservação além da cota 100, onde não se deverá permitir qualquer tipo de construção. Entre as cotas 50 a 100 devia haver uma limitação de densidade e um estudo para limitar o gabarito das construções;
2) A Pedra do Diabo, na Fazenda de Inhanguetá — Contorno de Vitória — a que se prende uma das lendas capixabas, assim como outras pedras soltas, afloramentos rochosos existentes nas áreas circunvizinhas à Estrada do Contorno, à ilha de Vitória devem ser preservados. Essa parte da ilha é de extraordinária beleza, um parque natural. Seu aproveitamento deveria ser feito de maneira a preservar o máximo do que a natureza oferece. Se possível, proibir corte de pedra, movimentos de terra (cortes, aterros) que viessem a mutilar a paisagem. As margens da estrada sucedem cenários belíssimos;
3) O Penedo, à entrada da Baía de Vitória, precisa ser observado e protegido com urgência. As obras do Cais de Capuaba, para construção de um re-



Viaduto Caramuru — Vitória

MACHINENFABRIK AUF-
BURH NURNBERG, cuja montagem se iniciou em 1º março de 1927 (Adelpho Monjardim — Vitória Física)

- 4) Deverá ser preservado o quarteirão em que se situa o Colégio, a igreja, a escadaria do Carmo e Praça Irmão Joseph Hosannah, que formam um conjunto arquitetônico de real interesse histórico para o povo capixaba. As construções em suas imediações devem ser condicionadas a um estudo que vise valorizar o conjunto;

- cisco e a colina onde se situa;
e) Adro de São Gonçalo e a respectiva Igreja;
f) O Viaduto sobre a Rua Caramuru;
g) O Teatro Carlos Gomes, em conjunto com a Praça Costa Pereira;
h) A Praça 8 de Setembro recuperada, já que foi despida de suas belíssima árvores frondosas;
i) O Parque Moscoso, pela área verde que tem de ser preservada. infelizmente mutilado e cercado por um muro “agressivo. . .”;
k) O antigo Forte de São João (Clu-

torno da estrada de ferro, estão atingindo esse marco de nossa Capital. Poderão ser vistos cortes de pedra que já estão sendo feitos nas imediações de sua base, ferindo a paisagem;

No Penedo existe uma marca, feita em 1875, pelo geólogo Charles Frederick Katt. Desenhou um estudo num buraco oval. Defendia a tese de que a Ilha de Vitória e circunvizinhanças estavam subindo em relação ao mar e dizia que este, ao atingir aquela marca naquela data, não alcançaria mais tarde;

- 4) A Pedra dos Ovos, ao lado do Penedo. Duas pedras superpostas. Também a esse conunto se prende uma lenda capixaba;
- 5) A Baía de Vitória é decantada pela sua beleza. Cenário composto pelo Canal, ilhas, encostas, afloramentos rochosos, recortes naturais nas linhas que limitam a terra com o mar. Aterros têm unido ilhas, quebra-mar, enrocamentos de pedras, para proteção às avenidas, vêm surgindo. Necessário se faz que se entrose um estudo paisagístico com aqueles que estão sendo feitos para ampliação do porto, estaleiro de reparos, lançamento de nova ligação de Vitória a Vila Velha, sob pena de perdermos o caráter de nossa paisagem;
- 6) Outra medida urgente que se faz sentir é a proteção de duas pedras montadas, semelhantes à Pedra dos Ovos, em terrenos da D. Sylvia Meirelles da Silva Santos — em Goiabeiras, na proximidade da entrada Norte do Campus Universitário — onde a PMV constrói uma passarela sobre a BR-101 para a entrada do Campus. Deve-se proteger o conjunto as pedras estão uma elevação — urge um estudo paisagístico;
- 7) A EMESCAN possui uma propriedade lindíssima junto à Avenida da Penha, indo alcançar, do outro lado do morro, a Rua Constante Sodré. Área Verde. Com pedras soltas, belissimamente lançadas. Essa área deve merecer cuidadoso estudo quando do seu aproveitamento;
- 8) As praias da ilha de Vitória: Camburi, Canto, Comprida, Santa Helena, Suá, etc. devem merecer cuidadosa proteção, porque se sucedem, naturalmente, de forma muito bonita e abrangem zonas residenciais de nível elevado.

Proteção à poluição (a poeira de Tubarão já vem atingindo residências situadas em ruas afastadas da orla marítima) e deve ser rigorosamente obedecida a regulamentação para ocupação dos lotes, visando a garantia de uma densidade baixa e área verde suficiente à proteção das moradias.

- 9) No Contorno de Vitória, onde encontramos ruínas de antigas fazendas, as construções nessas imediações deverão ser condicionadas a um estudo de preservação das mesmas, que devem permanecer em áreas verdes, quem sabe, as mesmas das antigas fazendas de que eram sedes, em áreas que dêem o devido destaque. Dentre eles, as ruínas da fazenda de Camargo, antiga fazenda dos Nunes, estão situadas num lugar belíssimo, um parque natural que, sugerimos, seja preservado para um Parque da Cidade, com zoológico, cais para embarcações no canal;
- 10) O atual Horto Municipal, em Maruípe, deve ser preservado, ampliado, cuidado;
- 11) A Ilha da Fumaça, propriedade do Dr. Alcides Guimarães, é um dos pontos pitorescos mais bonitos da entrada da Baía de Vitória, que merece preservação. É um mirante natural da entrada da barra. Atenção ao aproveitamento que se for dar à essa propriedade;
- 13) O morro da caixa d'água de Santa Clara é também, outro ponto mirante de Vitória. As construções em suas imediações devem ser condicionadas a um estudo que venha defender a vista que se descortina desse ponto da cidade;
- 13) A Chácara Santa Helena, dos "Pardes", é outro local "mirante". As construções aí devem ser condicionadas a um estudo que vise defender o panorama que se descortina desse local. O mesmo cuidado tem de ser dispensado na ocupação da elevação em que se situa o Colégio Sacre-Couer de Marie, na Ponta Formosa.

Um dos estudos mais detalhados nos permitiria estudar os pontos de onde são avistados certos elementos paisagísticos ou conjuntos ambientais mencionados; como ponto de vista principal, seriam os pontos de observação. Teríamos de preservar sua visão, com "abertu-

ras", quando perspectivas de valorização desses elementos.

Ex.: Estudariamos a localização do Convento da Penha e condicionariamos o gabarito das construções, em Vitória e Vila Velha, que estivessem no cone de preservações.

Continuando nessa perspectiva, por Município, em Vila Velha, diríamos que, no grupo A:

- 1) As construções nas imediações do Outeiro, Convento da Penha, deverão ser condicionados ao estudo para preservação desse monumento já tombado pelo IPHAN, assim como seus portões, estradas de acesso (uma dessas calçadas com lajões, datando da época da construção do Convento), Gruta de Frei Pedro Palácios.

Também terão de ser observados os gabaritos das construções, nos pontos em que se descortina a imagem do Outeiro com o Convento da Penha, para a preservação da sua vista. O estudo terá dupla abordagem. A vista do monumento (cones mirantes— e o monumento como ponto de vista;

- 2) As construções nas imediações da Igreja do Rosário — a primeira — construída no Estado, em 1535 — pedra d'água — onde foi capelão o venerável Padre Anchieta deverão obedecer a um estudo, não só para preservação do monumento, já tomado pelo IPHAN, mas também do largo em frente à Igreja, com palmeiras imperiais que devem ser protegidas cientificamente;
- 3) Igual estudo deverá ser feito para Fortaleza de Piratinga — aliás, para toda a área do 38º Batalhão;
- 4) O Cais de Minério Eumenes Guimarães deve ser preservado. Construção característica do Porto de Vitória. No Morro de Capuaba, apelidado pelo capixaba de "Pedra Macaco";
- 5) O Viaduto Ferroviário de São Torquato, sobre a antiga, estrada de rodagem de Vila Velha;
- 6) O Farol de Santa Luzia, na entrada da barra, está situado em local privilegiado. Merece um estudo paisagístico;



vento dos Reis Magos — Nova Almeida

7) A área da Marinha — Escola de Aprendizagem de Marinheiros.

No grupo B justificariamos no Município de Vila Velha:

1) As praias do Município de Vila Velha são lindíssimas e oferecem características diversas. Elas merecem um estudo de conjunto para que não sejam mutiladas por construções inadequadas. Assim, merecem especial cuidados:

- a) Prainha de Vila Velha, que já sofreu um assoreamento;
- b) Prainha do Ribeiro (na base do Morro Moreno), que precisa de sérios cuidados, está sendo assoreada;
- c) Praias da Costa. Rebentação, Itapoã, Itaparica, Jucu, Ponta da Fruta;

2) Preservação das ilhas em frente às praias, principalmente na da Costa. Existe uma ilha, a chamada "Ilha do Sapo", que recebeu esse nome porque na sua formação se distingue perfeitamente uma pedra com a forma daquele animal. Ela precisa ser preservada, porque é interessantíssima e já se tornou característica daquela praia;

3) Merecem atenção especial:

- a) O Morro do Moreno, em que se deve limitar as cotas para construção nas encostas. Creio que não deveriam atingir nem a cota 50. A estrada existente está locada na cota 25. Como o Morro da Penha, tem de ser estudado, também, como ponto de vista, além de ser um mirante natural;
- b) A Ilha do Boi, que deve ser preservada como está;
- c) A Lagoa Jabaeté — com suas ilhas flutuantes, a Lagoa Vermelha — de águas escuras. Estudos preservando áreas em suas circunvizinhanças são pontos que

devem ser explorados turisticamente;

4) Os Morros de Argolas, São Torquato — cuminada do Frade com a Pedra do Oratório, Colinas de Aribri merecem um estudo limitando cota para construção em suas encostas, aproveitamento turístico da Pedra do Oratório, onde o espetáculo se harmoniza com o que de lá se descortina;

5) O morro da caixa d'água do Cobi, a elevação onde está construído o Hospital Evangélico são mirantes naturais. Condicionar gabarito de construção em suas encostas;

6) As propriedades do Governo, na Praia da Costa, e do Sr. John Helal estão situadas em locais privilegiados. Merecem estudo para sua preservação, porque não contam só com beleza natural em si, mas fazem parte de um conjunto que, com o Morro do Farol e o Moreno, têm de se harmonizar.

No Município da Serra justificariamos no Grupo A:

1) Tombado pelo IPHAN, existe em Nova Almeida o Convento dos Reis Magos, no alto de uma colina, local onde os jesuítas catequizaram as tribos indígenas. Nessa Igreja existe um célebre e valiosíssimo quadro, de autor desconhecido, suposto o primeiro pintado no Brasil. Foi restaurado pela primeira vez em 1944, pelo pintor Édson Motta, do IPHAN, e, atualmente, encontra-se no Rio de Janeiro para nova restauração.

Em frente à Igreja um cruzeiro e uma praça típica da Colonização, com palmeiras imperiais. O conjunto — Igreja, Convento, Cruzeiro, Praça — merece cuidadoso estudo de preservação, assim como devem ser condicionadas ao estudo de preservação da área as construções que

porventura se fizerem em suas cercanias;

2) Na sede da Serra a matriz deve ser preservada;

3) Merecem não só preservação, mas uma atenção especial para o que fizer em suas imediações;

a) As ruínas da antiga Fazenda dos Jesuítas e a antiga Igreja de São João Baptista de Carapina;

b) A Igreja de Queimados, ligada a fato histórico;

c) A casa da Fazenda e Igrejinha, no Contorno da BR-101 — do local se descortina belíssimo panorama;

4) O Canal dos Escravos (na fazenda da família Larica), construído pelos jesuítas, funciona ainda como preservado no Grupo B:

1) O Mestre Alvo, com sua reserva florestal, lagoas, etc. (há processo do IPHAN para seu tombamento). Ele não só se presta a estudos, como deve ser preservado como elemento natural, como conjunto, como mirante;

2) Os mangues junto à BR-101 (em frente ao Aeroporto) — propriedades do Jabour — local com inúmeros sambaquis, ruínas da antiga Fazenda dos Jesuítas. Área que serve a importantes estudos ecológicos, antropológicos;

3) As praias de Carapebus, Jacaraípe, Manguinhos, Nova Almeida são lindíssimas e, possivelmente, áreas residenciais bastante valorizadas, em áreas protegidas da poluição. Cuidadosos estudos para ocupação da área devem ser obedecidos;

4) Lagoa de Carapebus — de águas mornas — deve ser preservada, protegida, pois, além de muito bonita, já é ponto turístico muito apreciado pelos banhistas que se deliciam em suas águas tépidas;

5) Lagoa de Jacumém — CIVIT;

6) A Cachoeira que existe na fazenda Fonte Limpa, de propriedade do Dr. José Moraes.

No Município de Viana, no grupo A justificariamos:

1) Igreja de Araçatiba, tombada pelo IPHAN. Foi sede da Fazenda dos Jesuítas até a saída deles, em 1895. Era a maior fazenda da costa brasileira até a Bahia (400 escravos,

852 habitantes entre agregados, engenho de açúcar, gado).

Para facilitar o transporte entre Araçatiba e Vitória, abriram um canal, hoje chamado de Rio Marinho, para evitar a volta pelo Jucu;

- 2) Igreja de Belém – foi construída em 1780, pelo Padre Torquato Martins de Araújo, o 1º arcepreste da Província. Depois de sua morte, passou para os descendentes do Padre, ficando em seu lugar o Cel. Torquato Martins de Araújo Malta. Essa Igreja funcionou até 1860. Seu desaparecimento vem sendo provocado por contínuas escavações, que o povo tem feito nos seus entombos, à procura de suposto tesouro enterrado;
- 3) Igreja Matriz de Viana – Pedra Fundamental: 15/12/1815 – 1ª Missa: 22/03/1817. Imagens importadas, de madeira: Nossa Senhora da Conceição (1846), São Benedito (1858), Nosso Senhor dos Passos (1872). A Igreja, a área que a circunda, suas palmeiras devem merecer especial cuidado para sua preservação;
- 4) Na entrada da cidade, uma casa que pertenceu ao antigo fazendeiro João Francisco Pimentel, vale um estudo para sua preservação.
- 5) Na localidade de Bonito encontra-se um sobrado que era sede da Fazenda do capitão Freitas Syra, filho do 1º casal que veio colonizar o lugar, de origem açoriana;
- 6) A estação da Estrada de Ferro de Leopoldina, antigo ponto de encontro dos moradores locais, deveria ser preservada em homenagem à memória, ao sentimento do povo. Foi inaugurada em 13/07/1895;
- 7) Em Caramuru – sobrado em ruínas. Construção de 1984, em pedras, óleo de baleia, cal. Pertenceu ao Sr. João Antônio da Silva Moreira. Fica à margem da rodovia que conduz a Domingos Martins. Esse sobrado está sendo demolido pelo Sr. Rafael Firme, atual proprietário do local. Era uma grande fazenda do Moreira, que ali também comerciava;
- 8) Ponto em São Rafael – embora já reformada, sobre o Rio Jucu, cons-

truída por Rafael Pereira de Carvalho. Mede 50 metros de comprimento e vem sendo conservada. Não se sabe a data de sua construção (em pedras), mas em 1860 já existia.

Entre os elementos naturais – grupo B – em Viana, deveríamos preservar:

- 1) a Cachoeira da Fumaça, em terrenos do Sr. Mário Ribeiro Grijó, no Rio Jucu. Existe uma estrada de acesso em precário estado de conservação. A Cachoeira fica perto da Pedra da Mulata;
- 2) O Sizenando – onde a estrada Vitória-Belo Horizonte corta o Rio Jucu. Paisagem linda, rio encachoeirado;
- 3) Subida para Biriricas, local onde se descortinam lindíssimas paisagens.

Continuando nessa justificativa, por Municípios, em Cariacica registraríamos no grupo A:

- 1) Fazenda de Ibiapaba – no local, antiga casa de fazenda existe, reformada, sem orientação técnica e, por isso, bastante mutilada (beiral de cimento, escada original de pedras, também substituída).

Próximo à casa, vestígios da fundação da Fazenda dos Jesuítas. A atual casa pertence a herdeiros de Anísio Pereira e foi construída por João Firme.

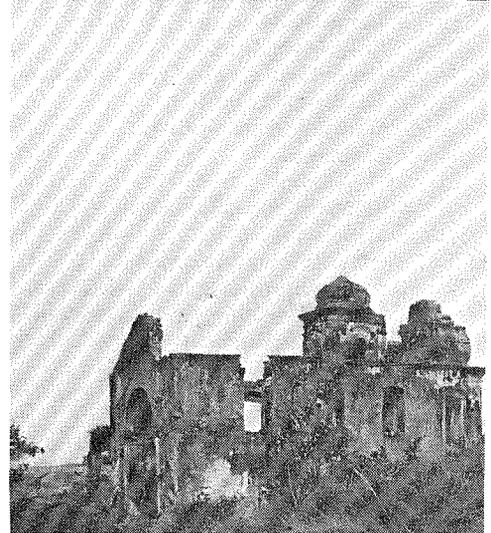
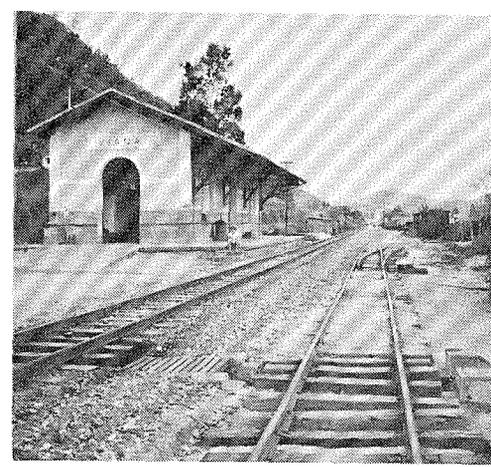
Informados fomos de que até pouco tempo existiam no local: senzala, tronco para amarrar escravos (no porão da casa), engenho (que foi vendido no ano passado como ferro velho);

- 2) Ruínas em Roças Velhas – foi antiga Fazenda dos Jesuítas, com engenho de açúcar – transformada, depois, em fazenda de propriedade do sr. Joaquim Rodrigues;
- 3) Fazenda de Maricarã – casa pede conservação. Foi, no tempo dos jesuítas, colégio, convento, engenho de açúcar. Pertence a herdeiros do Sr. Elógio Coelho;

4) Torre da Rádio Cariacica, local onde se descortina belíssima vista.

Entre os elementos a serem grupados em B, chamamos que se deve preservar:

- 1) A Pedra do Maxuara – um parque natural com reserva florestal, lagoa, belvedere;
- 2) A Pedra do Escavado;
- 3) A reserva florestal de Pau Amarelo.



Igreja de Belém – Viana



Ponte Florentino Avidos

Listagem de elementos a preservar ou valorizar

a) Elementos construídos

Em Vitória

- Capela de Santa Luzia
- Igreja do Rosário
- Solar Monjardim
- Duas casas na Rua José Marcelino (século XVII e XIX)
- Casa dos Sequeira Lima
- O Carmo
- A Catedral
- Fonte da Avenida Capixaba
- Capela das Neves
- Ponte (Florentino Avidos)
- Palácio do Governo e sua Escadaria, em conjunto com a Escola Normal
- Conjunto: Palácio Anchieta, Assembleia Legislativa e Praça João Clímaco
- Escadaria Maria Ortiz
- Escadaria da Santa Clara (restituir)
- São Francisco (restituir)
- Casas em frente ao Colégio Brasileiro
- Adro de São Gonçalo
- Viaduto sobre a Rua Caramuru
- O Carlos Gomes - Costa Pereira
- A Praça 8
- O Carmo com a Pracinha
- A Catedral com a Praça
- A Fonte da Capiba e o Horto
- O Forte de São João - com o Portão e os Canhões
- Hidroporto de Santo Antônio
- Clube de Regatas Saldanha da Gama
- Morro da caixa d'água na Santa Clara

- Igreja do Rosário com as palmeiras
- Pier de Tubarão

Em Vila Velha

- Convento da Penha
- Estrada de pedras, construída pelos índios, sob a mata do Outeiro, acesso ao Convento
- Igreja do Rosário
- Largo em frente à Igreja do Rosário
- Fortaleza de Piratininga
- Cais de Minério - Eumenes Guimarães
- Viaduto Ferroviário em São Torquato (estrada velha)
- Farol de Santa Luzia
- Área 38º BI
- Área da Marinha
- Prainha de Vila Velha
- Praça da Igreja do Rosário, em conjunto com Igreja
- Largo e Portão da estrada de pedras do Convento da Penha - Gruta de Frei Pedro Palácios
- Portão e estrada de rodagem para subida do Outeiro da Penha
- Pontos de observação do Outeiro da Penha

Na Serra

- Igreja dos Reis Magos (Nova Almeida)
- Praça em frente à Igreja dos Reis Magos (Convento)
- Antigo Poço dos Jesuítas
- Matriz da Serra
- Ruínas da antiga Fazenda dos Jesuítas
- Antiga Igreja de São João Baptista - em Carapina
- Igreja de São José do Queimado
- Casa de Fazenda e Igrejinha no Contorno de Vitória
- Canal dos Escravos (na fazenda da família Larica)
- Igreja, Convento dos Reis Magos com a Praça, Cruzeiro e palmeiras que devem ser preservados cientificamente)

- Igreja dos Reis Magos - da torre, belas perspectivas se descortinam em vários ângulos
- Criar ambiente para proteção a Queimados

Em Viana

- Igreja de Araçatiba
- Igreja de Belém (ruínas)
- Igreja Matriz de Viana
- Casa na Cidade, que pertenceu ao antigo fazendeiro João Francisco Pimentel
- Em Bonito - sobrado antigo que era sede da fazenda do Capitão Freitas Lyra
- Estação da Estrada de Ferro da Leopoldina
- Em Caramuru - sobrado em ruínas - construção de 1884, em pedras, óleo de Baleia - que pertenceu ao Sr. João Antônio da Silva Moreira
- Ponte em São Rafael - já existia em 1860
- A Matriz com a encosta ajardinada, as palmeiras

Em Cariacica

- Fazenda de Ibiapaba - no local, vestígios das fundações da antiga Fazenda dos Jesuítas
- Ruínas em Rocas Velhas - de uma antiga Fazenda dos Jesuítas, com engenho de açúcar
- Em Maricarã - casa pedindo conservação - de herdeiros de Elógio Coelho. No local os jesuítas tiveram colégio, Convento, Engenho de Açúcar
- Torre da Rádio Cariacica

b) Elementos naturais

Em Vitória

- Maciço Central de Vitória (matas, Fonte Grande, morro atrás da Rua Alziro Viana, Morro da TV Vitória, etc.

- Pedra do Diabo, em Inhanguetá
- Outras pedras, no Contorno de Vitória
- Elevações em Jucutuquara, Praia Beira-Mar
- Penedo
- Pedra dos Ovos
- Ilhas na entrada da Baía de Vitória
- Pedra superposta à outra, em terrenos da Sra. Sylvia Meirelles da Silva Santo (em frente a entrada do Campus Universitário)
- Morros da EMESCAM
- Praias de Camburi, do Canto, Comprida, Santa Helena, Suá, etc.
- Pedra do Vigia, na Capixaba
- Ruínas de antigas sedes de fazendas, no Contorno
- No Contorno, antiga Fazenda dos Nunes, depois adquirida pelo Sr. Clóvis Camargo
- Encostas do Bairro Santo Antônio
- Horto Municipal
- Propriedade do Sr. Alcides Guimarães, junto à Beira-Mar
- Fradinhos e a Pedra de Jucuquara, também chamada de Frei Leopardi, Pedra dos Olhos, Pico João de Leão
- Morro da caixa d'água - Santa Clara
- Morro da TV Vitória
- Chácara dos Padres, na Santa Helena
- Elevação do Colégio Sacré-Couer de Marie

Em Vila Velha

- Praias do Ribeiro, da Costa, Itaparica, do Sol -
- Ilhas em frente às praias (linda, a Ilha do Sapo)
- Morro do Moreno
- Morro junto ao Farol
- Ilha da Baleia
- Lagoa de Jabaeté (ilhas flutuantes)
- Lagoa de Águas Vermelhas
- Ponta da Fruta
- Pedra de São Torquato
- Barra do Jucu
- Pedras nos morros de Argolas, Paul
- A Pedra do Oratório
- Colinas de Aribiri
- Convento da Penha/Outeiro
- Morro da caixa d'água do Cobi
- Propriedade do Governo na Praia da Costa
- Propriedade de Sr. John Helal na Praia da Costa

- Morro do Hospital Evangélico

Na Serra

- Mestre Alvo - com sua reserva florestal, lagoas, etc, (há um processo do IPHAN para seu tombamento)
- Praias de Jacaraípe. Manguinhos, Nova Almeida, Carapebus
- Preservação dos mangues junto à BR-101 (em frente ao Aeroporto) - propriedade do Jabour - local com inúmeros sambaquis, ruínas da antiga Fazenda dos Jesuítas
- Lagoa de Carapebus (água morna)
- Lagoa de Jacuném (CIVIT)
- Preservar encostas dos morros em frente à entrada do CIVIT
- Cachoeira, na Fazenda Fonte Limpa - propriedade do Dr. José Moraes
- Fazenda junto ao Contorno da BR-101

Em Cariacica

- Pedra do Moxuara
- Pedra do Escavado
- Reserva florestal em Pau Amarelo
- A Fazenda de Ibiapaba
- Maricarã (fazenda)

Em Viana

- Cachoeira da Fumaça (em terrenos do Sr. Mário Ribeiro Grijó), no Rio Jucu
- Paisagem no Sizenando
- Encosta na Matriz de Viana, com as palmeiras
- A subida de Biriricas

Reservas a serem construídas

- Mestre Alvo (incluindo os mangues até a BR-101)
- Moxuara (fora da Aglomeração Urbana)
- Rio de Santa Maria
- Biriricas (fora da Aglomeração Urbana)
- Pau Amarelo (fora da Aglomeração Urbana)

- Reserva do Jucu
- Maciço de Vitória
- Outeiro do Convento da Penha
- Área junto à Lagoa Jabaeté
- Bacia do Rio Formate
- Bacia do Rio Reis Magos, envolvendo circunvizinhanças da Estrada Serra-Potiri-Nova Almeida
- Área junto à Lagoa Jacuném
- Orla Marítima
- Área junto à Lagoa de Águas Vermelhas (Vila Velha)

Parques a serem implantados

- Contorno, antiga fazenda dos Nunes, depois adquirida pelo Sr. Clóvis Camargo
- Aeroporto Eurico Salles
- Canal da Passagem - 50 metros de largura ao longo de cada margem decorrentes da preservação das vias fluviais
- Campo de Americano
- Aeroclube de Vila Velha
- Estuário - Canal de Aribiri
- Área ao longo do Rio Marinho
- Elevação na Barra do Jucu
- Área próxima à Igreja de Formate (fora da Aglomeração Urbana)
- Caçaroca
- Parque entre Vila Betânia e Campo Grande (atrás do Cristo Rei)
- Área atrás de Caçaroca
- Matinha junto à Estação de Flexal
- Fazenda do Scarpino no Porto Novo
- Itanhenga - reservado como área verde
- Campo de Futebol do Espírito Santense, em Campo Grande
- Bela Aurora
- Rocinha (fora da Aglomeração Urbana)
- Clubes Campestres, ao longo da Estrada de Jacaraípe
- Área verde entre a zona industrial do CIVIT e Jacaraípe
- Área junto à Cachoeira da Fumaça, em Viana (fora da Aglomeração Urbana)

Anexo II

Medidas para a preservação de recursos naturais

1 – Rios

1.1 – Bacia do Rio Jucu

Para a proteção sanitária do Rio Jucu será obrigatório uma faixa sanitária de 100,00 m. em ambas as margens contadas a partir da cota máxima de inundação.

A extensão dessa faixa vai do mar até às serras do Município de Domingos Martins, abrangendo às margens dos seus afluentes no município de Viana (Rios Araçatiba e Santo Agostinho e outros).

As faixas, F.S. compreenderão além das margens inundáveis, duas faixas de 50,00. cada uma denominadas de 1ª e 2ª faixas contadas a partir da cota máxima de inundações.

1.1.1 – Uso das Faixas

1.1.1.1 – Área de Inundação

- a) Usos Compatíveis: agricultura, pecuária (sem edificações), Estação de Tratamento de Água; e
- b) Usos Proibidos: lançamento de afluentes de esgotos, lixos, etc. Para lançamento de esgotos só com tratamento e com a aprovação das autoridades sanitárias.

1.1.1.2 – Primeira Faixa Sanitária – Largura 50,00 m

- a) Uso Obrigatório: áreas verdes e espaços livres 70% (proteção contra a erosão)

- b) Usos Compatíveis: vias específicas aos usos de redes de água, eletricidade, telefone, agricultura e pecuária, sem edificações, instalações, fossas, etc.

- estações de tratamento de água
- estações de tratamento de esgotos (a juízo das autoridades sanitárias);
- recreação (a juízo das autoridades sanitárias);

- c) Usos Proibidos: lançamento de afluentes de esgotos, sem tratamento, lixo, e qualquer outro uso a exceção dos compatíveis.

1.1.1.3 – Segunda Faixa Sanitária

- a) Uso Obrigatório: áreas verdes e espaços livres 70% (proteção contra erosão de águas pluviais);
- b) Usos Compatíveis: rede viária, redes de água, esgotos, telefones, eletricidade, etc., edificações e equipamentos públicos relacionados com a recreação, a juízo das autoridades sanitárias, agricultura e pecuária sem edificações. Estações de tratamento de água, esgotos e lixo. Recreação a juízo das autoridades sanitárias;
- c) Usos Proibidos: lançamento de afluentes sem tratamento, lixo, etc. nos recursos hídricos e na faixa sanitária ou qualquer outro uso com exceção dos compatíveis.

1.1.2 – Justificativa

O Rio Jucu e seus afluentes são

integrante do manancial de abastecimento d'água da Microrregião da Grande Vitória, preservá-los significaria não só garantir o abastecimento d'água futuro, como também prevenir a poluição das praias de Itapoã, Jucu, etc.

1.2 – Rio Formate

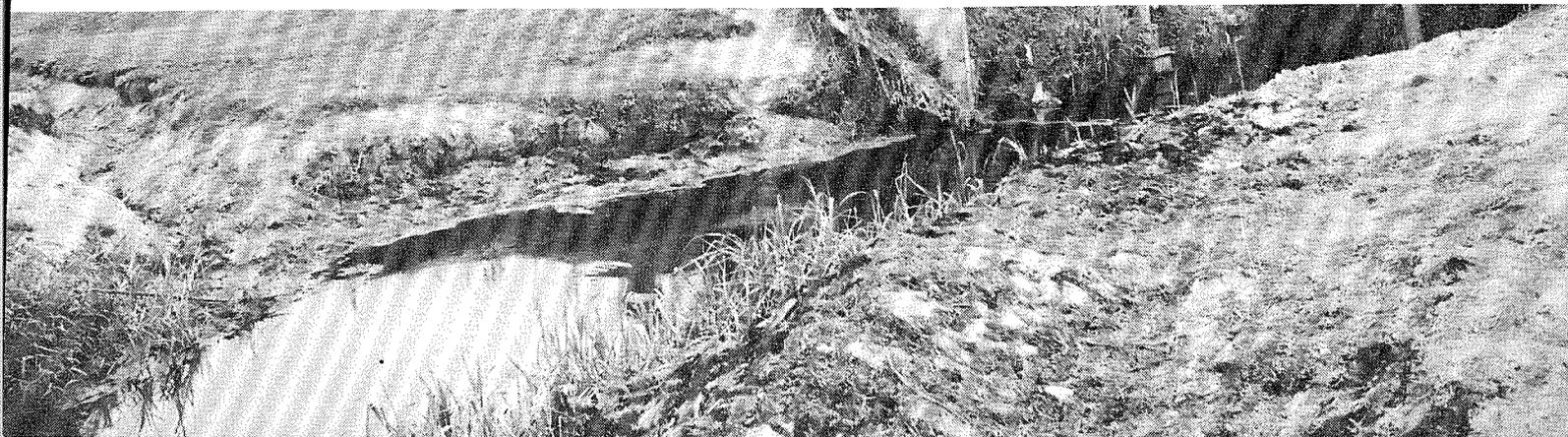
1.2.1 – Proteção Sanitária

Faixa Sanitária de 100m. de largura em ambas margens contados a partir da cota próxima de inundação numa extensão que começa a partir da localidade de Caçaroca na confluência do canal do marinho até as serras nos Municípios de Cariacica-Viana, considerando-se que esse rio constitui a linha de divisa dos municípios de Viana e Cariacica.

As faixas sanitárias terão os mesmos usos e proibições das faixas sanitárias do Rio Jucu.

1.2.2 – Justificativas

O Rio Formate atualmente contribui com suas águas para o abastecimento da Grande Vitória. A implantação de indústrias junto as suas margens têm causado problema de poluição e urgem providências no sentido de sua preservação. O estabelecimento das F.S proposta e uma política de controle da poluição, permitirá a sua recuperação e mantê-lo como potencial de abastecimento d'água da Grande Vitória e o seu uso para as atividades agrícolas, recreação, etc.



1.3 – Rio Santa Maria

1.3.1 – Proteção Sanitária

Faixa Sanitária de 100m. de largura em ambas as margens contados a partir do Rio Santa Maria no Município de Serra até os limites dos municípios da Serra e Santa Leopoldina.

As áreas inundáveis e faixas sanitárias terão os mesmos usos e proibições previstas para as faixas do Rio Jucu.

1.3.2 – Justificativa

O Rio Santa Maria é também um integrante do manancial de abastecimento da Grande Vitória, principalmente da área de implantação dos Grandes Projetos do Complexo Industrial. Sua preservação se faz urgente e imprescindível uma vez que ainda não apresenta problemas de poluição, embora nenhuma providência tenha sido tomada para a sua proteção sanitária.

1.4 – Rio Marinho

1.4.1 – Proteção Sanitária

Faixa Sanitária de 50m. em ambas as margens contados a partir da cota máxima de inundação uma extensão que vai da baía de Vitória ao Rio Jucu, considerando que este rio é formado por um canal de sangria do Rio Jucu recebendo a contribuição do Rio Formate na localidade de Caçaroca tendo em seu curso vários represamentos pelas barragens de captação d'água da CESAN.

As faixas sanitárias serão subdivididas em duas outras de 25 m. cada uma, denominadas 1ª FS e 2ª FS a partir da margem do canal ou cota máxima de inundação.

1.4.2 – Uso das Faixas

Área inundável – uso idêntico aos dos Rios Jucu, Formate, Santa Maria.

1.4.2.1 – Primeira Faixa Sanitária

- a) Uso Obrigatório: áreas verdes e espaços livres 80% (proteção contra a erosão). Para lançamentos de afluentes, tratamento a juízo das autoridades sanitárias;
- b) Uso Compatível: vias específicas aos usos de redes d'água, eletricidade, telefone. Estação de tratamento de água.

Estações elevatória de esgotos;

- c) Uso Proibido: lançamento de afluentes sem tratamento e lixo.

1.4.2.2 – Segundo Faixa Sanitária

- a) Uso Obrigatório: áreas verdes e espaços livres 70%
- b) Uso Compatível: rede viária, redes (águas, esgotos, telefones, eletricidade, etc.). Estações elevatórias de esgotos, etc.;
- c) Uso Proibido: lançamento de afluentes não tratados, lixo.

1.5 – Rio Jacaraípe

1.5.1 – Proteção Sanitária

Faixa Sanitária de 50m. em ambas as margens, contados a partir da cota máxima de inundação, numa extensão compreendida da foz do rio na praia de Jacaraípe até a Lagoa de Jacuném.

As faixas sanitárias serão subdivididas em duas de 25 m. cada uma com denominação de 1ª FS e 2ª FS contadas a partir da cota máxima de inundação.

1.5.2 – Usos das Faixas

As faixas sanitárias e área de inundação terão usos idênticos aos das faixas do Rio Marinho.

1.5.3 – Justificativas

O Rio Jacaraípe não possui expressão em termos de abastecimento d'água, porém deságua numa das praias mais importante do litoral capixaba e é utilizada em toda a sua extensão para a prática de pesca e recreação, além de ser sua área inundável (mangues) rica em caranguejos, sururus, etc.

1.6 – Rio Reis Magos

Faixa Sanitária de 50m. em ambas as margens, contados a partir da cota máxima de inundação, na extensão da foz, na praia de Nova Almeida, e todo o curso no Município da Serra.

1.6.1 – Uso das Faixas

Idem aos usos das faixas sanitárias e áreas inundáveis do Rio Marinho e Jacaraípe.

1.6.2 – Justificativa

Idem ao Rio Jacaraípe.

1.7 – Rio Piauí

1.7.1 – Proteção Sanitária

Faixa Sanitária de 50m. divididas em duas faixas de 25m. contados a partir das margens do canal do rio na barra do Rio Jucu até a lagoa de Jabacaté.

1.7.2 – Usos das Faixas

Idem do Rio Aribiri.

1.8 – Rio Aribiri

1.8.1 – Proteção Sanitária

O Rio Aribiri constitui uma via de drenagem natural dos mangues e áreas alagadiças de uma vasta área do município de Vila Velha que dada a sua situação geográfica será ocupada por edificações num futuro não muito distante (acreditamos) daí a necessidade de mantê-lo como canal natural das águas pluviais e esgotos tratados daquela região.

1.9 – Rio Bubu ou Rio Cariacica

1.9.1 – Proteção Sanitária

Faixas Sanitárias de 30m. contados a partir da cota máxima de inundação em ambas as margens do rio, numa extensão compreendida dos mangues da localidade de Flexal e localidade de Bubu no município de Cariacica.

1.9.2 – Uso das Faixas e Áreas de Inundações

Idênticos aos usos das do Rio Marinho.

1.9.3 – Justificativa

A região da bacia e estuário do Rio Bubu está compreendida na área prevista como urbanizável da Microrregião da Grande Vitória. O estuário compreende os mangues da localidade de Flexal que é largamente explorada na cata de caranguejos, moluscos, etc. daí a necessidade de preservá-lo como recurso natural.

1.10 – Rio Itanguá

1.10.1 – Proteção Sanitária

Em ambas as margens do Rio com 25m. cada uma, contados a partir da cota máxima de inundação ou margens do canal retificado numa extensão compreendida da foz do rio na localidade de Porto de Santana até a rodovia do Contorno na localidade de Itanguá.

1.10.2 – Usos das Faixas e Área de Inundação

Usos idênticos aos previstos para o Rio Aribiri.

1.10.3 – Justificativa

O Rio Itanguá é o escoadouro natural das águas pluviais de vasta área no município de Cariacica. Atualmente, ele se encontra fortemente poluído sem nenhuma proteção sanitária com os conseqüentes prejuízos para a ecologia dos mangues e baía de Vitória além dos fortes odores exalados de suas águas já reclamados pela população local.

2 – Lagoas

2.1 – Lagoa Jabaeté, Lagoa Carapibus, Lagoa Jacuném, Lagoa Capubã e outras

2.1.1 – Proteção Sanitária

A proteção sanitária das lagoas justificada pelos múltiplos usos que elas proporcionam no campo de abastecimento de água, recreação, lazer, etc.

3 – Canais e Vales Úmidos

Canal da Costa, Canais de drenagem na Barra do Jucu, Canais de drenagem na Cobilândia (Vila Velha) – Canal no Extremo da Praia de Camburi (Vitória), Rio Maria Preta, e Canal de drenagem da região de Caçaroca (Cariacica), Canais de drenagem no Município de Viana – Canal de Escravos e Riachos no Município da Serra e outros.

3.1 – Proteção sanitária

Faixa Sanitária de 50m. divididas em duas semi-faixas de 25m. cada uma contada a partir da linha divisória do talvegue natural do canal ou vale úmido em toda a extensão do projeto de drenagem.

3.2 – Uso das faixas

- Usos Obrigatórios: faixa de circulação para operação, de drenagem e limpeza do canal, áreas verdes;
- Usos Compatíveis: rede viária, redes de água, esgotos, telefones, eletricidade, etc. Equipamentos públicos

relacionados com o lazer (áreas verdes sem edificações), lançamentos de afluentes tratados a juízo das autoridades sanitárias. Estações elevatórias de esgotos;

- Usos Proibidos: lançamento de afluentes de esgotos sem tratamento, lançamento de lixo ou qualquer outro uso com exceção dos compatíveis.

3.3 – Justificativa

Os canais constituirão o sistema de drenagem natural e baixo custo das áreas baixas alagadas da Microrregião. As faixas sanitárias estabelecidas visam preservá-los quanto aos efeitos nocivos da poluição quer quanto as suas águas quer quanto à poluição da baía de Vitória, destino natural de suas águas.

4 – Fundo de Vales Secos

4.1 – Proteção sanitária

Faixa Sanitária mínima de 12m. divididas em duas faixas de 6m. cada uma contada a partir do talvegue natural na extensão do vale (longitudinal).

4.2 – Uso das faixas

- Usos Compatíveis: drenagem das águas pluviais, rede viária, rede de água, esgotos, eletricidade, telefone, etc.
- Usos Proibidos: lançamento de afluentes e lixo a céu aberto;
- Usos Obrigatórios: proteção contra erosão-declividades máximas de 10% (para declividade maiores, cuidados especiais, a juízo das Autoridades Sanitárias).

4.3 – Justificativa

Os fundos de vales secos deverão ser preservados na fase de loteamento para evitar os problemas frequentemente encontrados pelas autoridades, no tocante ao escoamento das águas pluviais e lançamento de redes de esgotos, etc.

5 – Mangues

Rio de Santa Maria compreendendo os mangues e alagados compreendidos

no Contorno da baía de Vitória da localidade de Porto Novo no município de Cariacica ao Campus Universitário englobando áreas do município de Cariacica, Serra e Vitória.

5.1 – Proteção sanitária

Faixa Sanitária de 50m. contados a partir da cota de inundação da maré máxima em toda a extensão do contorno dos mangues.

5.2 – Uso das faixas

- Usos Obrigatórios: tratamento de afluentes para lançamentos. Áreas verdes e espaços livres – 50%;
- Usos Proibidos: lançamento de afluentes sem tratamento, e lançamento de lixo. Qualquer uso da área e da faixa sanitária, salvo determinação a juízo das autoridades sanitárias;
- Usos Compatíveis: rede viária, água, telefone, eletricidade. Rede de esgotos no extremo da Faixa e juízo da autoridade sanitária;

5.3 – Justificativa

“Os estuários e águas marinhas estão entre os ambientes naturais mais férteis da terra”.

“O homem médio raramente compreende as úteis porém complexas inter-relações biológicas e mecânicas dos estuários. Muitas vezes, se subestimam o valor das estruturas biológicas ao longo das costas, tais como os capins das dunas, os bancos de ostras, os capins dos brejos, na sua ação protetora contra os temporais. Converter úteis estuários em esgotos abertos para as obras das indústrias, em campos de milho, ou em locais de residências para os quais a topografia não está adaptada, não é do melhor interesse para o homem. Os conservacionistas e os engenheiros agrônomos bem treinados, recentemente, ficaram alarmados com a inútil destruição dos recursos naturais da região costeira. Será necessário, talvez estabelecer algum tipo de zonação ou plano de conservação de tal forma que o uso dessas áreas possa ser feito em bases ecológicas sadias”⁷.

Anexo III

Instrumentos institucionais

A Lei Estadual nº 3176, de 8 de dezembro de 1977, estabelece como Região de Desenvolvimento Prioritário a constituída pelos Municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana, instituindo o Conselho de Desenvolvimento Integrado da Grande Vitória – CODIVIT. A criação do CODIVIT visa maior integração entre os municípios da Grande Vitória para a solução de problemas comuns, procurando harmonizar ações municipais e estaduais, através de um fundo para o desenvolvimento dessa região. Entre os aspectos comuns considerados à criação do CODIVIT, destacam-se o crescimento desordenado de áreas urbanas nos municípios componentes da microrregião de Vitória, a situação estratégica dessa região como polo de desenvolvimento estadual; o interesse prioritário do Governo do Estado na promoção e no estímulo ao desenvolvimento da Microrregião de Vitória e o atual estágio de urbanização alcançado pelos municípios integrantes da Microrregião de Vitória, exigente de funções governamentais coordenadas e exercidas de forma planejada, com vistas ao atendimento das necessidades específicas da comunidade sócio-econômica nela constituída. Foram consideradas ainda a heterogeneidade dos equipamentos e serviços de infra-estrutura colocados à disposição das comunidades, a necessidade de implantação do processo de planejamento integrado para a microrregião de Vitória e realização de estudos, planos e projetos que se relacionem com o desenvolvimento dessa região.

LEI Nº 3176

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei, com exceção do Art. 14.

Art. 1º – Fica estabelecida, com base nos artigos 136 e 137 da Constituição Estadual e art. 99, item IV da Lei nº 2.760 de 30 de março de 1973, como Região de Desenvolvimento Prioritário a constituída pelos Municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana.

Art. 2º – A Região de Desenvolvimento Prioritário visa à melhoria da qualidade de vida da comunidade sócio-econômica da Aglomeração Urbana da Grande Vitória através do ordenamento de obras e serviços de interesse comum.

Art. 3º – Consideram-se obras e serviços de interesse comum da Aglomeração Urbana da Grande Vitória:

I – Planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

II – Saneamento básico e ambiental, especialmente água, esgotos, lixo e controle da poluição;

III – Transportes e sistema viário, especialmente vias estruturais e coletores e localização de terminais de passageiros e cargas;

IV – Regulamentação e controle do Uso do Solo e de sua intensidade de ocupação, especialmente quanto a)

- a) – à localização de núcleos habitacionais;
- b) – à localização de indústrias;
- c) – à localização de equipamento de turismo e de lazer;
- d) – a área de Urbanização Prioritária; e
- e) – a áreas não Urbanizáveis.

V – Aproveitamento dos recursos hídricos.

VI – Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Paisagístico; e

VII – Outras obras e serviços de interesse comum da Aglomeração Urbana da Grande Vitória, a critério do CODIVIT

Art. 4º – Fica instituído o Conselho de Desenvolvimento Integrado da Grande Vitória – CODIVIT, competindo-lhe:

I – Promover o processo de planejamento para o Desenvolvimento Integrado da Aglomeração Urbana da Grande Vitória;

II – Apreciar e promover estudos planos e projetos que se relacionem com o Desenvolvimento Integrado da Aglomeração Urbana da Grande Vitória, bem como coordenar e acompanhar sua implantação com vistas à unificação dos serviços comuns;

III – Coordenar os planos, programas, projetos, obras e serviços de interesse comum que se realizam na Aglomeração Urbana da Grande Vitória, integrando-os segundo as diretrizes estabelecidas para a Região;

IV – Aprovar os projetos de interesse para Desenvolvimento da Aglomeração Urbana da Grande Vitória de iniciati

va de qualquer dos Municípios integrantes, especialmente quando prevista a concessão de incentivos ou financiamentos de órgãos ou entidades da administração pública Federal ou Estadual;

V – Apreciar na área da administração Estadual, direta e indireta, matéria de interesse comum da Aglomeração Urbana da Grande Vitória e emitir parecer;

VI – Aprovar as aplicações dos recursos do Fundo instituído no art. 10 desta lei após manifestação de seu órgão técnico.

Art. 5º – O Conselho de Desenvolvimento Integrado da Grande Vitória – CODIVIT, compor-se-á dos seguintes membros:

I – Secretário de Estado do Planejamento na qualidade de seu Presidente;

II – Secretário de Estado do Interior e dos Transportes;

III – Secretário de Estado da Cultura e do Bem Estar Social;

IV – Prefeito do Município de Cariacica;

V – Prefeito do Município da Serra;

VI – Prefeito do Município de Viana;

VII – Prefeito do Município de Vila Velha;

VIII – Prefeito do Município de Vitória;

IX – Diretor Superintendente da Fundação Jones dos Santos Neves.

Parágrafo único – Em suas ausências o Presidente será substituído pelo Secretário de Estado do Interior e dos Transportes e os demais conselheiros pelos suplentes que indicarem.

Art. 6º – As deliberações do CODIVIT serão tomadas por maioria absoluta de votos, cabendo ao Presidente, somente o voto de desempate.

Art. 7º – O CODIVIT reunir-se-á, ordinariamente, 6 (seis) vezes ao ano e,

extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente por iniciativa própria ou por solicitação de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Parágrafo único – As sessões se realizam com um mínimo de 5 (cinco) Conselheiros.

Art. 8º – Os Vereadores dos Municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana integrarão as reuniões do Conselho sem direito a voto.

Art. 9º – O apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento do CODIVIT será prestado pela Fundação Jones dos Santos Neves.

Art. 10 – Fica instituído o Fundo de Desenvolvimento da Grande Vitória, destinado ao financiamento de projetos de interesse regional, inclusive os de caráter não reembolsável.

Parágrafo único – Cabe ao Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo BANDES, a gestão financeira dos recursos do Fundo.

Art. 11 – Constituem recursos do Fundo:

I – Dotações orçamentárias que lhe forem atribuídas;

II – Repasse anual pelo Governo do Estado do equivalente a 5% (cinco por cento) do Fundo de Participação Estadual, e até 50% (cinquenta por cento) dos recursos originários do adicional de 12% (doze por cento) do Imposto único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos correspondente à parte do Estado (art. 12 e seu parágrafo 2º da lei Federal nº 6.261 de 14.11.75).

III – Transferência a qualquer título, de recursos da União e dos Municípios integrantes da Aglomeração Urbana da Grande Vitória;

IV – Produto de operações de crédito;

V – Rendas provenientes da aplicação de seus recursos;

VI – Financiamentos para operações de repasse;

VII – Recursos eventuais.

Art. 12 – Poderão ser oferecidos em garantias de operações de crédito, até o limite de 50% (cinquenta por cento) de seu total, os recursos do Fundo instituído no artigo 10.

Art. 13 – A aplicação de recursos do Fundo, bem como a concessão de auxílios financeiros, empréstimo e a prestação de garantias em operações financeiras pelo Estado a Município da Grande Vitória, dependerá de participação deste na execução do planejamento integrado e dos serviços comuns da Região.

ARTIGO 14 – VETADO

Art. 15 – O Regimento Interno da CODIVIT a ser baixado pelo seu Presidente depois de aprovado na conformidade do art. 6º, disporá acerca do funcionamento do colegiado.

Art. 16 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Ordeno, portanto, a todas as autoridades que a cumpram e a façam cumprir como nela se contém.

O Secretário de Estado da Justiça faça publicá-la, imprimir e correr.

Palácio Anchieta, em Vitória, 08 de Dezembro de 1977.

ÉLCIO ÁLVARES
GOVERNADOR DO ESTADO

DERCILIO G. DE ALBUQUERQUE
Secretário de Estado da Justiça

WANTHUYR JOSÉ ZANOTTI
Secretário de Estado do Planejamento

ROMUALDO GIANORDOLI
Secretário do Estado da Cultura e Bem-Estar Social

BELMIRO TEIXEIRA PIMENTA
Secretário de Estado do Interior e do Transportes

ARMANDO DUARTE RABELLO
Secretário de Estado da Fazenda